

Centro de Estudos Baianos

WALDIR FREITAS OLIVEIRA

A Industrial Cidade de Valença
(um surto de industrialização na Bahia
do século XIX)

PUBLICAÇÃO DA
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA

111

Waldir Freitas Oliveira

A Industrial Cidade de Valença (um surto de industrialização na Bahia do século XIX)

Toda correspondência deve ser enviada à Direção do Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia antigo prédio da Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus - Térreo - Distrito da Sé - Salvador - Bahia - 40.000

Universidade Federal da Bahia
Centro de Estudos Baianos
1985

Professor Germano Tabacof
Reitor da Universidade Federal da Bahia

Professora Eliane Elisa de Souza e Azevedo
Vice-Reitora da UFBA.

Professor Fernando da Rocha Peres
Diretor do Centro de Estudos Baianos da UFBA

1985 10 anos
do Centro de
Estudos Baianos

Oliveira, Waldir Freitas

A industrial cidade de Valença: um surto de industrialização na Bahia do século XIX / Waldir Freitas Oliveira. — Salvador : Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1985.

22p ; 22cm. — (Universidade Federal da Bahia. Centro de Estudos Baianos, Publicação ; 111)

1. Bahia - Condições econômicas - Século XIX. 2. Bahia - História. I. Título. II. Série.

CDU - 33(814.2)
981.42

(Centro de Estudos Baianos da UFBA)

SUMÁRIO

1. A INDUSTRIAL CIDADE DE VALENÇA.....	05
2. AS FÁBRICAS DE VALENÇA.....	33
3. OS INDUSTRIAIS DE VALENÇA.....	57

A INDUSTRIAL CIDADE DE VALENÇA

Um surto de industrialização na Bahia no Século XIX

Waldir Freitas Oliveira

A 23 de janeiro de 1799, acolhendo sugestão feita pelo Ouvidor da Comarca de Ilhéus, Baltazar da Silva Lisboa, a Coroa Portuguesa, através de Carta Régia, elevava à categoria de Vila, o povoado de nominado Amparo, situado em terras da Capitania de Ilhéus, às margens do rio Una, à altura da sua primeira cachoeira, a partir da foz, dando-lhe o nome de Vila de Valença, em homenagem ao Marquês de Valença, D. Afonso Miguel de Portugal e Castro, que governara a Bahia de 1779 a 1783.

Cinquenta anos depois, em 1849, ganharia a referida Vila a condição de Cidade e mais o título de *Industrial*, através da Lei Provincial nº 368, de 10 de novembro daquele ano.

Ali se iniciara, no ano de 1844, um surto de industrialização com características muito especiais, a partir da construção da fábrica de tecidos "Todos os Santos", um empreendimento de grandes proporções, sustentado por vultosos capitais e com ampla repercussão na vida da Província e do Império, que proporcionaria à Vila e depois Cidade de Valença um merecido destaque no cenário econômico da época. E a circunstância de haverem dele participado, numa

ocorrência talvez única na história da economia brasileira desse tempo, capitais e mão-de-obra norte-americanos e ali sido aplicados um sistema de trabalho e uma tecnologia oriundos, igualmente, dos Estados Unidos, provavelmente da região da Nova Inglaterra, confere a tal surto uma importância singular.

Reconstituir as condições que o favoreceram, acompanhar a sua evolução, apurar seus resultados práticos, bem como identificar e situar nos quadros sociais da Bahia do Século XIX, seus principais agentes patrocinadores, será o objetivo do presente trabalho, aqui iniciado.

1. RESUMO HISTÓRICO DA REGIÃO DE VALENÇA ATÉ O ANO DE 1844.

A história da região de Valença foi, até agora, pouco estudada. Situada nas proximidades da linha que dividia as Capitânicas de Ilhéus e da Bahia, tem ela escapado às preocupações dos nossos historiadores, sempre mais atentos aos fatos ocorridos nas sedes dessas Capitânicas, especialmente durante o período colonial. Foi ali, no entanto, que três das mais antigas vilas do Brasil se instalaram, ainda no Século XVI, as de Cairu, Boipeba e Camamu.

Tendo em vista, contudo, o objetivo a que nos propomos, somente as duas primeiras merecerão, da nossa parte, maior atenção. É que o surto industrial a que nos referimos, foi dirigido, de modo direto e exclusivo, pela Cidade do Salvador, no comando efetivo da vida econômica da área onde se situam as ilhas de Tinharé, Cairu e Boipeba, bem como as terras continentais fronteiras às mesmas, quando da sua ocorrência. E desde que Camamu permaneceu, du-

rante esse período, mais ligada à Capitania de Ilhéus, que Cairu e Boipeba, as informações a ela referentes somente surgirão, neste texto, quando julgadas necessárias à compreensão do processo de evolução histórica da região. Já Cairu e Boipeba, embora situadas igualmente sobre terras da Capitania de Ilhéus, sempre mantiveram com a Cidade do Salvador um relacionamento muito mais estreito.

Feito tal esclarecimento, iremos considerar como marco inicial do referido processo, a divisão do Brasil em Capitânicas e, em consequência, a definição dos limites entre as Capitânicas de Ilhéus e da Bahia. Limites esses bastante imprecisos, gerando tal situação, dúvidas e questões frequentes envolvendo os habitantes locais. O problema maior havendo sido o da delimitação da baía de Todos os Santos que, segundo alguns, terminaria, ao sul, na Ponta do Garcez, em terra firme, nas proximidades da barra do Jaguaripe, e segundo outros, no extremo norte da ilha de Tinharé, no local denominado Morro de São Paulo. Tendo mesmo havido quem pretendesse ser à baía de Todos os Santos ainda pertencentes as águas que separam tal ilha do continente, "por se averiguar estender-se a Bahia do morro para dentro, como na verdade se deve de entender", como afirmou Gabriel Soares¹.

A verdade histórica, todavia, sobrepõe-se, aqui, à verdade geográfica, e nos permite afirmar que toda aquela região permaneceu, durante a maior parte da nossa história, perfeitamente integrada à vida econômica do Recôncavo, caracterizando-se, desse modo, como simples extensão da área diretamente controlada pelos Governos com sede em Salvador.

Foi, aliás, o próprio representante do Donatário da Capitania de Ilhéus, o castelhano Francisco Romeiro, chegado ao Brasil, em 1535, para ocupar e povoar as terras concedidas pela Coroa Portuguesa a Jorge de Figueiredo Correa, que talvez haja concorrido para essa situação, ao desistir de instalar no Morro de São Paulo a sede da Capitania, preferindo rumar, em direção ao sul, em busca de outro sítio, até onde foi, afinal, erguida a Vila de São Jorge dos Ilhéus.

A região continuou, em consequência, durante quase todo o Século XVI, sem sinais evidentes de colonização e ocupada pelos próprios indígenas, não se aventurando os reinóis a nela se instalarem, temerosos da agressividade que demonstrava possuir seu gentio.

Devem ter sido os jesuítas os primeiros europeus a ousarem desafiar o perigo que esses indígenas representavam, tentando com eles conviver, existindo referências à presença dos Padres da Companhia na região, desde 1560, ao tempo de Luiz da Grã como Provincial do Brasil. Nessa época, havendo esses religiosos iniciado a organização de aldeamentos de Índios, visando a catequese dos mesmos, em Camamu, onde formaram a aldeia de Nossa Senhora da Assunção, e mais ao norte, sobre terras que hoje correspondem às de Taperoá, onde surgiu a aldeia de São Miguel².

Tendo-se, também, notícia, ainda em 1544, da doação de uma sesmaria, na área de Camamu, feita por Jorge de Figueiredo Correa a Mem de Sá, antes de haver sido ele designado Governador Geral do Brasil, sesmaria esta que Mem de Sá depois transferiu

para os jesuítas e que abrangia grande porção da ilha de Boipeba³.

As campanhas empreendidas por Mem de Sá, já como Governador do Brasil, em 1559, na Capitania de Ilhéus, contra os tupiniquinis, devem ter concorrido para encorajar alguns colonos a ocuparem as terras do norte da mesma e justificado a criação das vilas de Cairu e Boipeba no ano de 1565⁴. Logo após, contudo, novo grupo indígena, desta vez o dos aimorés, iniciou seus ataques às vilas recém-criadas e aos colonos da região, gerando o pânico entre eles e forçando-os a abandonarem as terras do continente, em frente às ilhas.

Apesar disto, já no governo de Luiz de Brito e Almeida (1573-1577), ali residia o fidalgo português Sebastião da Ponte, "honrado e rico", na apreciação que dele fez Frei Vicente do Salvador, "poderoso e insolente", como a ele se refere Jaboação. Possuía uma fazenda de gado na ainda hoje denominada Ponta do Curral e um engenho localizado às margens do rio Una, no sítio onde hoje se encontra a cidade de Valença. Informando-nos Gabriel Soares ter ele ali construído "uma formosa igreja de S. Gens com três capelas de abóbada", provavelmente no mesmo local onde depois surgiria a atual igreja de Nossa Senhora do Amparo⁵.

Dele diz-se, ainda, haver sido amigo dos jesuítas e dos indígenas, o que lhe teria dado condições para ali poder manter-se sem ser por estes molestado. Havendo, contudo, por volta de 1574, sido preso e enviado à Lisboa, onde morreu prisioneiro, por haver mandado ferrar na omoplata um homem branco, a sua ausência teria provocado inquietação e re

volta entre os índios locais, que voltaram a atacar e destruir as povoações ali existentes, obrigando os seus moradores a se refugiarem, mais uma vez, nas ilhas de Tinharé, Cairu e Boipeba⁶.

Uma grande campanha contra os aimorés foi então iniciada. nos primeiros anos do Século XVII, por de terminação do Governador Diogo Botelho, com resultados desastrosos para os mesmos. Sem que se conseguisse, no entanto, reduzi-los, mas se logrando diminuir o ímpe to dos seus ataques contra os colonos lá estabeleci dos. E foi ao final de tal campanha que se reiní ciou, com maior disposição, o povoamento da área.

A vila de Cairu era, nessa época, o seu mais importante núcleo de povoamento. E entre os seus mo radores destacava-se Domingos da Fonseca Saraiva, casado com Dona Antônia de Pádua de Gões, segundo Jaboatão, o fundador do povoado que deu origem à vi la, ali havendo construído um engenho e a Igreja Ma triz, além de uma capela sob a invocação de Santo Antônio⁷. Um outro morador importante havendo sido o Capitão Lucas da Fonseca Saraiva, casado com Dona Catarina de Gões, filha de Domingos da Fonseca Sa raiva e Dona Antônia de Pádua de Gões, sobre o qual nos informa, ainda Jaboatão, haver erguido sua mora dia no alto do Morro de São Paulo, tendo ali manda do edificar uma capela sob a invocação de Nossa Se nhora da Luz⁸. Sobre Domingos da Fonseca Saraiva, acrescenta Silva Campos, haver sido quem construiu a capela de Santo Antônio, em frente à ilha de Boi peba, e a de São Francisco Xavier, no local denomi nado Galeão⁹. Devendo tais fatos terem ocorrido pou co antes ou pouco depois da criação das freguesias de Nossa Senhora do Rosário de Cairu e do Divino Es pírito Santo de Boipeba, pelo Bispo D. Constantino

Barradas, a primeira entre os anos de 1608 e 1610¹⁰ e a segunda, em 1616¹¹.

Quanto aos moradores da região, vivendo mais próximos da Cidade do Salvador que da vila de São Jorge dos Ilhéus, só nominalmente estavam sob a ju risdição da Capitania de Ilhéus. Enquanto, do ponto de vista legal, estavam, naturalmente, fora da ju risdição do Governo da Bahia, pois que habitavam terras daquela Capitania. Como afirma Silva Cam pos, viviam eles "isentos tanto da jurisdição do Go vernador Geral como das autoridades do donatário"¹². E em face de tal situação, a enseada do Morro de São Paulo se transformou numa espécie de zona fran ca, frequentada por toda sorte de aventureiros e contrabandistas, todos seguros da impunidade pelos atos ilegais que praticassem.

Por esse tempo, conforme nos conta Frei Vi cente do Salvador, já existiam nas ilhas de Boipeba e Tinharé, engenhos e fazendas, estas dedicadas ao cultivo da mandioca, enquanto das matas ali existen tes se extraíam madeiras de boa qualidade¹³.

Quando do ataque dos holandeses à Bahia, por lá estiveram os invasores, em busca de mantimentos, e em suas incursões atacaram as vilas de Camamu e Cairu. Nas águas ao abrigo do Morro de São Paulo fundearam os navios comandados por Johan Van Dorth, antes da sua entrada na baía de Todos os Santos, pa ra a conquista da Cidade do Salvador, em 1624. Nada havendo, contudo, que comprove, ainda que a tradi ção oral o afirme, haverem as terras da região sido ocupadas por tais invasores.

Reconquistada a Cidade do Salvador pelas for ças sob o comando de D. Fradique de Toledo Osório,

tal se evidenciou, então, a escassez de alimentos na cidade reconquistada, que se tornou necessário providenciar, com urgência, o fornecimento de farinha para a sua população, tendo sido o referido produto enviado para Salvador, das terras daquela área, particularmente, da ilha de Boipeba.

Em 1631, temeroso de novos ataques contra a Capital da Colônia e considerando a situação excepcional do Morro de São Paulo em relação à baía de Todos os Santos, o Governador Diogo Luiz de Oliveira determinou a construção, naquele local, de um forte destinado à defesa do Recôncavo. Havendo, um ano antes, visitado a ilha de Tinharé e convocado os oficiais das Câmaras das vilas de Cairu, Boipeba e Camamu, para convencê-los da necessidade de tal fortificação e da ajuda que deveriam prestar seus moradores para a sua manutenção, uma vez construída e guarnecida. Referindo-se tal manutenção, de modo especial, ao fornecimento da farinha destinada à alimentação de sua guarnição.

Era, nessa época, a farinha de mandioca, o mais importante produto local. E em tal quantidade deverá ter se processado a produção da mesma, que, em 1644, no Governo de Antônio Teles da Silva, foi imposta aos moradores das referidas vilas a obrigação do fornecimento de farinha para o abastecimento da tropa da Cidade do Salvador e das armadas que chegassem ao seu porto, o que bem configura a importância econômica da área à vida da Capital da Colônia, pelos meados do Século XVII.

Por esse tempo, os povos indígenas ainda ali existentes tornaram a ameaçar a segurança dos colonos. Desta vez foram os gueréns, um ramo dos aimo

rés, que retomaram a luta por muito interrompida contra os colonizadores. Foi a chamada "guerra dos gueréns", iniciada desde antes de 1651 e que iria prosseguir por mais de trinta e cinco anos, provocando novo retrocesso na evolução do povoamento e desenvolvimento da área. E somente as ilhas, naturalmente mais protegidas, escaparam, em parte, às consequências desses novos ataques. Sendo no decorso dessa guerra que se notabilizaram, em 1651, Francisco da Rocha, que combateu os indígenas sobre as terras entre Camamu e o rio de Contas, e Gaspar Rodrigues Adorno que os enfrentou na área entre os cursos dos rios de Contas e Jequiriçá.

Se, no entanto, a parte do continente seguia conflagrada, o lagamar que se estende entre a linha da costa e as ilhas continuava frequentado por contrabandistas. Segundo documentação da época, citada por Silva Campos, "grande parte dos navios procedentes do Reino e de Angola, bem como os de cabotagem, antes de entrarem na baía de Todos os Santos, iam ao Morro de São Paulo e ali faziam negócios clandestinos, vendendo artigos da carga que transportavam"¹⁴.

Em 1654 começaram os franciscanos a construção do Convento de Santo Antônio, em Cairu, ao tempo de Frei Sebastião do Espírito Santo como responsável pela Custódia. E apesar de tal construção haver resultado de solicitação dos moradores da Vila, a resolução de iniciá-la demonstra o interesse desses religiosos por aquela região. A guerra dos gueréns, porém, continuava, havendo sido a própria Vila de Cairu, por esse tempo, atacada pelos mesmos. Como também prosseguia o contrabando, especialmente de farinha, dali enviada, clandestinamente, para as

Capitanias do norte. Foi quando o Governador Francisco Barreto de Menezes (1657-1663) determinou, em 1661, que ficasse estacionada em Cairu, uma companhia de infantaria, visando proteger os moradores locais contra os gueréns e talvez coibir o comércio ilícito praticado nas águas da enseada do Morro de São Paulo.

Decaía, contudo, em consequência da luta contra os indígenas, a economia da região, baseada, como já vimos, no cultivo da mandioca e na fabricação da farinha. E tal decadência se acentuou quando, em 1664, foi ordenada pelo Vice-Rei do Brasil, D. Vasco Mascarenhas, Conde de Óbidos, a recunhagem de todo o dinheiro existente na Colônia, o que comprometeu seriamente a situação econômica dos seus habitantes. Nesse mesmo ano havendo sido guarnecido, pela primeira vez, o forte do Morro de São Paulo e provido pelo Conde de Óbidos o primeiro posto de Capitão da Companhia ali sediada.

Tal estado de cousas prosseguiu por muito tempo, indo até depois das expedições punitivas enviadas contra os gueréns, sob o comando do paulista João Amaro Maciel Parente que se estabelecendo em Cairu, dali partiu para o continente, vasculhando as matas ao longo dos cursos dos rios de Contas, Una e Jequiriçã, caracterizando-se tais expedições, que só se ultimaram por volta do ano de 1673, por sua extrema violência. Durante as mesmas, numerosas aldeias indígenas foram destruídas e muitos dos índios capturados, enviados para os engenhos do Recôncavo para ali serem negociados como escravos. Face, contudo, à resistência dos religiosos, particularmente dos jesuítas, à escravização dos indígenas, parte deles foi agrupada em aldeamentos dirigidos

pelos Padres da Companhia, existindo, ainda hoje, nas imediações da cidade de Valença, as marcas deradeiras de alguns deles, nos decadentes povoados de Gueréns e São Fidelis.

Continuava, no entanto, a Cidade do Salvador dependendo do fornecimento da farinha produzida nas ilhas de Tinharé, Cairu e Boipeba. Tanto que, em 1673, o Governador Afonso Furtado proibiu que nelas se construíssem engenhos ou se plantassem canaviais, a fim de não se desviar para outras atividades que não o cultivo da mandioca e a fabricação da farinha, a mão-de-obra existente.

Mas apesar da devastação causada no seio das populações indígenas pelos comandados por João Amaro, não foram os gueréns submetidos e em começos do Século XVIII voltaram a atacar a região. Enquanto isto, um novo fator de inquietação ali surgia, com a fuga contínua de escravos negros e a consequente formação de quilombos, contra os quais foram enviadas várias expedições, visando exterminá-los. E já no governo do Marquês de Angeja (1714-1718) foi determinada a localização em Camamu e em Cairu, de dois regimentos de infantaria, ficando o de Cairu sob o comando do Coronel Manuel de Araújo de Aragão. Pelo que sabemos, contudo, tais regimentos não chegaram a existir, realmente, havendo o Coronel Manuel de Araújo de Aragão residido, a esse tempo, não em Cairu, mas em Cachoeira, no vale do Paraguaçu.

O corte de madeiras já ali se tornara, por essa época, uma atividade econômica tão importante quanto o cultivo da mandioca. Ele se processava, de modo intenso, nas matas existentes na ilha de Cairu e nas ainda pouco exploradas, mas bem mais perigo

sas, dada a presença dos gueréns, do vale do Jequiriçã. E como se tornavam os ataques desses indígenas cada vez mais frequentes, novas expedições foram enviadas contra eles, agora sob o comando de Antônio Veloso da Silva, estendendo-se as mesmas até o ano de 1722, já no governo do Conde de Sabugosa.

Pouco depois, em 1725, em carta enviada ao Governador Vasco Fernandes Cezar de Menezes, o Coronel Pedro Barbosa Leal, por ele encarregado de povoar os sertões da região, de onde já começava a afluir para a costa o ouro neles descoberto, propunha, entre outras medidas, para que fossem alcançados os objetivos da sua missão, a criação de um povoado na ponta da barra do Morro de São Paulo, justificando a sua necessidade "para servir de posto fiscal e militar do movimento financeiro dos arraiais, recebendo presas e remetendo o dinheiro preciso, gente e munições, abrindo-se daí estradas para eles". E esclarecia - "Feita a conquista e francas as minas e haveres que há nos seus sertões se fará esta povoação em poucos anos grande e proveitosa a Fazenda Real de S.M. e aos vassallos por ter boa barra que é a mesma donde entram as charruas de S.M. a carregar de madeiras a cujo Porto pode vir todo o ouro das ditas minas que estão existindo e que existirão logo que os vassallos virem a campanha livre do risco do gentio". E então, concluía - "A situação em que está inculca as melhores conveniências para o serviço por mar para o trato do sertão e suas minas, por melhores estradas, por caminhos mais prestes e por melhor paiz"¹⁵.

A região passaria, agora, a interessar à Coroa, pelas suas possibilidades de acesso ao interior, através dos vales dos rios que a atravessam,

especialmente os de Contas e Jequiriçã. E a referência feita, no documento, à enseada do Morro de São Paulo confirma o que já dissemos, de haver sido a mesma um ponto bastante conhecido pelos navegantes da época, não só para negócios legítimos mas também como ponto de saída clandestina de produtos da terra, pela ausência de fiscalização nas suas águas e suas excepcionais condições de abrigo.

Por essa época, iniciado o processo de decaência das vilas de Cairu e Boipeba, Camamu assumia, gradativamente, a liderança econômica da região. Tanto que, em 1727, quando determinou a Coroa Portuguesa que todas as Câmaras do Brasil contribuissem com donativos para o casamento dos filhos de D. João V, o Príncipe D. José e a Infanta D. Maria Bárbara, respectivamente, com a Infanta da Espanha, D. Maria na Vitória, e com o Príncipe das Astúrias, herdeiro da Coroa espanhola, coube à vila de Camamu a contribuição de 14 contos de réis, enquanto Cairu e Boipeba deveram concorrer, de modo respectivo, com 6 e 2 contos de réis, quantias a serem pagas em anuidades de 700\$000 para Camamu, 300\$000 e 100\$000 para Cairu e Boipeba, durante um prazo de vinte anos.

Segundo Jaboatão, em 1730, voltaram os gueréns, mais uma vez, ao ataque, principalmente na área de Cairu. Foi quando o Governador Vasco Fernandes Cesar de Menezes, Conde de Sabugosa, face a situação cada vez mais difícil em que viviam os habitantes da região, decidiu liberá-los da obrigação do fornecimento gratuito da farinha necessária ao sustento da tropa que guarnecia a fortaleza do Morro de São Paulo. Não escaparam, contudo, essas três vilas ao pagamento das contribuições que lhes foram impostas, mais tarde, pela Coroa, visando obter re

cursos para a reconstrução da cidade de Lisboa, parcialmente destruída pelo terremoto de 1756. E de novo poderemos avaliar a posição hierárquica das mesmas, desde que a Camamu coube, então, o pagamento de uma anuidade de 400\$000, enquanto as contribuições de Cairu e Boipeba foram fixadas em 166\$166 e 50\$333, respectivamente.

Pouco antes, em 1748, uma nova reforma da tropa da Bahia fora ordenada pelo Conde das Galveas, determinando a instalação em Camamu, de 7 companhias, 4 em Cairu e apenas 2 em Boipeba. Sem que se incluísse neste total a guarnição da fortaleza do Morro de São Paulo, que contava, então, com 183 homens, entre oficiais e soldados, e 51 peças de artilharia. Havendo sido, ainda, durante a gestão do Conde das Galveas, que foi construída, nas imediações daquela fortaleza, a fonte pública ainda hoje lá existente, destinada ao abastecimento de água para os habitantes locais e a guarnição ali sediada.

Em 1757 podemos visualizar a situação das vilas da região, através da leitura dos relatórios que foram apresentados pelos Vigários das Paróquias existentes na Bahia ao Arcebispado em Salvador. Da Freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Camamu, diz o seu Vigário ser "o numero de seos moradores capazes da sagrada Comunhão de 3.200 pouco mais ou menos e de 500 os seos fogos, sem haver em toda esta freguezia capella alguma annexa mais que a da Senhora do Desterro dentro da mesma Villa"¹⁶. A Freguesia do Espírito Santo de Boipeba aparece, então, com "2.417 pessoas de comunhão", possuindo, além da Igreja Matriz, quatro capelas anexas - "hua de Nossa Senhora da Luz, no presídio de São Paulo do Mor

ro, outra de São Francisco Xavier no Galleão, outra de Nossa Senhora da Boa Morte, no Jordão, e outra de Santo Antônio, em Mutupiranga"¹⁷. Quanto à Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Vila de Cairu, contava, de acordo com o seu Vigário, com "300 fogos e 2.210 almas, a mais desta gente sendo negros e pardos captivos", nela existindo, além da Igreja Matriz e do Convento de Santo Antônio, as capelas de Nossa Senhora do Amparo, às margens do rio Una, com capelão, 50 moradores e 450 almas nos seus arredores, a de Nossa Senhora do Desterro, mais ao sul, nas imediações do rio Maricoabo, a de Nossa Senhora da Ajuda, às margens do rio Camorogi, e a do Senhor São Braz, num "sítio chamado Taparoá".Vendo-se, daí, que Cairu passara à condição de a menos povoadas das três freguesias, contando a vila propriamente dita, nessa época, com apenas 135 moradores e 560 almas.

Fala, ainda, o relatório referente à Freguesia de Cairu, da existência, na sua jurisdição, da "Aldeya de Fidelis regida por Religiosos Capuchinhos para defeza do gentio barbaro que muito combateo e destruiu aos moradores desta Freguezia e depois que a esta Aldeya se fundou por meyo della se conseguiu ou para melhor dizer por intercessão do Senhor S. Fidelis e dos mais santos, que este povo invocava em tão irremediavel afflição, alcançarão de Deus Nosso Senhor reduzisse a paz e ao gremio da Igreja Catholica hua Aldeya do gentio barbaro que mais combatia esta Freguezia e caminho das Minas, que atravessava quando vinha fazer guerra a estes povos, e gastavão hum mez de viagem da sua Aldeya athé chegarem a estes matos de Cayru, e depois disto senão experimentão assaltos do gentio athé o pre

sente". Informa ainda o relatório que se ocupavam, naquela época, os moradores da Freguesia "em lavou ras de mandioca e algum arroz e muitos em madeyras e taboados, e de preferencia em madeyra para a Não que se está fazendo na Ribeira da Cidade da Ba hia"¹⁸.

Em 1760, ano da expulsão dos jesuítas do Bra sil, o único ponto da área onde se ministrava algum tipo de instrução era Cairu, onde, no Convento de Santo Antônio, funcionava, desde 1718, como nos in forma Jaboatão, uma classe de gramática "para os fi lhos dos Seculares", "sem estipendio algum e só a tendendo os Prelados ao bem e necessidade dos Po vos"¹⁹. Em 1760, no entanto, já recebiam da Coroa, os encarregados de tal instrução, a esmola de 30\$000 como recompensa pelo seu serviço²⁰.

Dez anos depois, com mais uma reforma da tro pa da Bahia, determinada agora pelo Conde de Povoli de, quatro terços foram criados na já então existen te Comarca de Ilhéus, sendo um deles, com sete com panhias, localizado nas vilas de Camamu e Maraú, e os dois outros, um em Cairu e o outro em Boipeba. Continuava, pois, o processo de decadência dessas duas vilas enquanto crescia a importância da vila de Camamu. Tanto que, em 1780, Camamu já se apresen tava com 5.148 habitantes, enquanto Cairu possuía apenas 3.850 e Boipeba, 3.244.

Cairu, no entanto, ainda se apresentava como o melhor local de moradia da região, tanto que ali residiam, por esse tempo, os Ouvidores e Corregedo res da Comarca de Ilhéus.

Foi no governo do Marquês de Valença (1779-1783) que importantes medidas foram tomadas para o

desenvolvimento da área. Uma delas havendo sido a decisão de mandar abrirem-se estradas ligando o li toral ao sertão, a fim de permitir a descida de boi adas destinadas ao abastecimento em carne dos seus habitantes, que até então se alimentavam, quase uni camente, de peixes e mariscos. Além disso, no que se refere à agricultura, incentivou-se a produção de arroz em Cairu e foram ali introduzidas duas no vas culturas, a do café e a do cacau.

Fortalecia-se, no entanto, o contrabando do ouro provindo das minas do sertão na direção do li toral, através dos caminhos que percorriam os vales do Paraguaçu e do Jequiriçã, conforme informação prestada, no ano de 1788, ao Governador da Bahia, pelo Ouvidor e Corregedor da Comarca, o Desembarga dor Francisco Nunes da Costa, referindo-se o mesmo, de modo expresso, às minas abertas por Francisco de Souza Feio, que desde 1777 obtivera, no vale do Je quiriçã, uma grande sesmaria, no local onde depois surgiria a cidade de Areia, atual Ubaíra²¹.

Em fins do Século XVIII crescera, de modo a centuado, nas terras da Capitania de Ilhéus, o cor te de madeiras, principalmente na ilha de Cairu. O que levou a Coroa, em 1780, a tentar regularizar tal atividade, atribuindo ao Ouvidor da Comarca fun ções de inspeção e fiscalização da mesma, sendo, en tão, criada a Inspeção dos Cortes de Madeiras de Ilhéus e, logo depois, a Inspeção das Madeiras do Rio de Contas, ficando as matas do vale do Jequiri çã, embora situadas sobre terras não pertencentes à Comarca de Ilhéus, sob a fiscalização do Juiz Con servador das Matas dessa mesma comarca. E em 1799, preocupado com a devastação das matas de Cairu, Bal tazar da Silva Lisboa, no exercício de tal cargo,

decidiu tombar o que ainda restava das mesmas, pro testando, de modo veemente, contra a destruição já em grande parte realizada²¹.

O próprio Baltazar da Silva Lisboa nos infor ma, em 1802, possuir Camamu 1.000 fogos e 6.000 mo radores, a maior parte vivendo da plantação de man dioca e da preparação de farinha. Quanto a Cairu, afirma ter, nessa época, 5.000 habitantes nos seus distritos, sendo a povoação mais remediada da Comar ca. Diz ainda que ali existiam nove sacerdotes, além de quatro velhos frades no Convento de Santo Antô nio. No que se relaciona à agricultura, menciona o cultivo do arroz, com grande excesso de produção, do cacau e da canela. Acrescenta, no entanto, ser a exportação de madeiras o seu principal comércio, alimentando o mesmo, durante todo o ano, a navega ção para a Cidade do Salvador. Finalmente, quanto a Boipeba, declara estar aquela vila em completa deca dência²³.

Enquanto isto, desde janeiro de 1799, o povo ado do Amparo, às margens do rio Una, fora elevado à categoria de vila, por indicação do próprio Balta zar da Silva Lisboa, havendo tomado, então, o nome de Vila de Valença. Logo após, em 1801, era criada a Freguesia do Sacratíssimo Coração de Jesus, com sede na nova vila. E complementando tal processo de ascendência, em 1811, decidiu o Conde dos Arcos transferir de Cairu para Valença a escola de primei ras letras que antes ali funcionara. Continuando, contudo, a ser mantida, no Convento de Santo Antô nio, em Cairu, a classe de gramática a cargo dos franciscanos que ali residiam.

Nos começos do Século XIX, Vilhena, ao refe rir-se a Cairu, fala da sua produção de arroz, fei

jão e farinha, da sua exportação e da presença, ain da, nas matas fronteiras à ilha de Tinharé, de "al guns gentios que de tempos em tempos causam sua in quietação e prejuizo aos moradores". Não se refere, contudo, no seu trabalho, à vila de Valença. Quanto a Camamu, atribui à mesma uma população de 900 fo gos e 4.067 habitantes, fala de sua produção de man dioca, café e aguardente. Sobre Boipeba, diz somen te ser a vila pequena e poucos e pobres os seus ha bitantes²⁴. Em verdade, Boipeba havia chegado a tal estado de decadência que em 1811 perderia a sua con dição de vila, em proveito do povoado de Jequié, em terras do continente, que recebeu, então, a denomi nação de Vila da Nova Boipeba, atual cidade de Nilo Peçanha.

Referindo-se ao Forte do Morro de São Paulo constatou Vilhena achar-se o mesmo em ruínas e cla mou por sua recuperação, recomendando para tal, a vinda de Portugal, de "engenheiros peritissimos e imparciais, atenta a natureza das ruínas que ali se observam"²⁵.

A primeira apreciação sobre a vila de Valen ça surge na obra de Aires do Casal, quando afirma ele ser esta uma vila que "está a crescer sobre a margem direita do rio Una (o setentrional), pouco a cima da sua embocadura", dizendo ainda que o café e a madeira faziam a sua riqueza²⁶. De Camamu diz ser "Vila mediocre, abastada e florescente com bom comercio", e acrescenta que "do seu porto sahe gran de quantidade de café, farinha, aguardente, madeira, arroz e algum cacau". Quanto a Cairu, apenas a des creve, rapidamente, sem se referir ao seu comércio ou aos produtos agrícolas ali produzidos. Sobre Boi peba quase nada diz.

Pouco depois, durante a guerra da Independência, Camamu, Cairu e Valença estiveram ao lado das Câmaras de Cachoeira e Maragogipe na luta contra os portugueses de Madeira de Melo, contribuindo tanto com homens como com mantimentos para a campanha de libertação da Bahia. Já então a importância de Valença se evidenciava, quando se constata que haviam passado a ali residir os Ouvidores da Comarca de Ilhéus, antes residentes em Cairu.

Em 1829, Domingos José Antonio Rabelo, ao falar de Valença, a descreve como "já muito florescente e comercial". E acrescenta que os seus moradores "exportam para a Cidade, além de artigos comestíveis, muito café e madeira". Finalmente refere-se ao seu porto como sendo "muito frequentado de embarcações tanto grandes como pequenas"²⁷.

No ano de 1844 ali se iniciava a construção da fábrica de tecidos "Todos os Santos", um empreendimento sustentado pelo capital de três empresários residentes em Salvador - Antônio Francisco de Lacerda, o norte-americano John Smith Gillmer e Antônio Pedroso de Albuquerque, reunidos sob a razão social de Lacerda & Cia. Contaram eles com a supervisão técnica de um outro cidadão norte-americano, João Monteiro Carson, proprietário da Fazenda e das Canoeiras do Candengo, às margens do rio Una, nas proximidades da sua segunda cachoeira, a partir da foz. Iniciava-se o surto de industrialização objeto do nosso estudo, pelo que passaremos, a partir de agora, a acompanhar o seu desenvolvimento e a evolução de Valença, em função do mesmo.

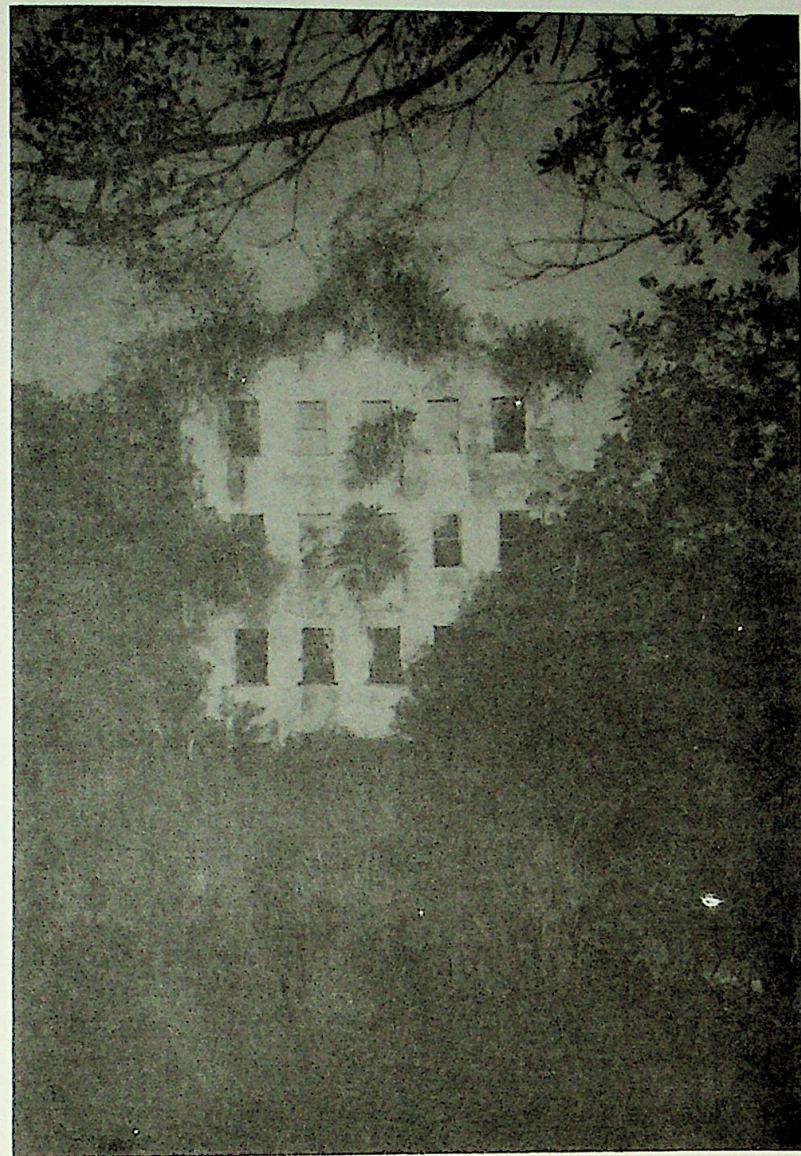
NOTAS

1. SOUZA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*. São Paulo, Livraria Martins Editora, s/d. Primeiro tomo, p. 267.
2. CAMPOS, João da Silva. *Crônica da Capitania de Ilhéus*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Conselho Federal de Cultura, 1981, pp. 51/3. FREIRE, Felisbello. *História Territorial do Brasil*. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1906. Primeiro volume, p. 92.
3. CAMPOS, João da Silva. *Op. cit.*, p. 18.
4. FREIRE, Felisbello. *Op. cit.*, p. 174
5. SOUZA, Gabriel Soares de. *Op. cit.*, p. 296. AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições Práticas da Província da Bahia*. Bahia, Tipografia do Diário da Bahia, 1888, pp. 248/9.
6. CAMPOS, João da Silva. *Op. cit.*, pp. 71/2. SALVADOR, Frei Vicente de. *História do Brasil*. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1954, p. 200. JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Serafico Brasilico*. Rio de Janeiro, Tipografia Brasiliense, 1858, Volume I, p. 94.
7. JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Op. cit.*, p. 95.
8. JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Op. cit.*, p. 98.
9. CAMPOS, João da Silva. *Op. cit.*, p. 93.
10. Livro do Tombo do Convento de Santo Antônio de Cairu.
11. VIANNA, Francisco Vicente. *Memoria sobre o Estado da Bahia*. Bahia, Tipografia do Diário da Bahia, 1893, p. 140.

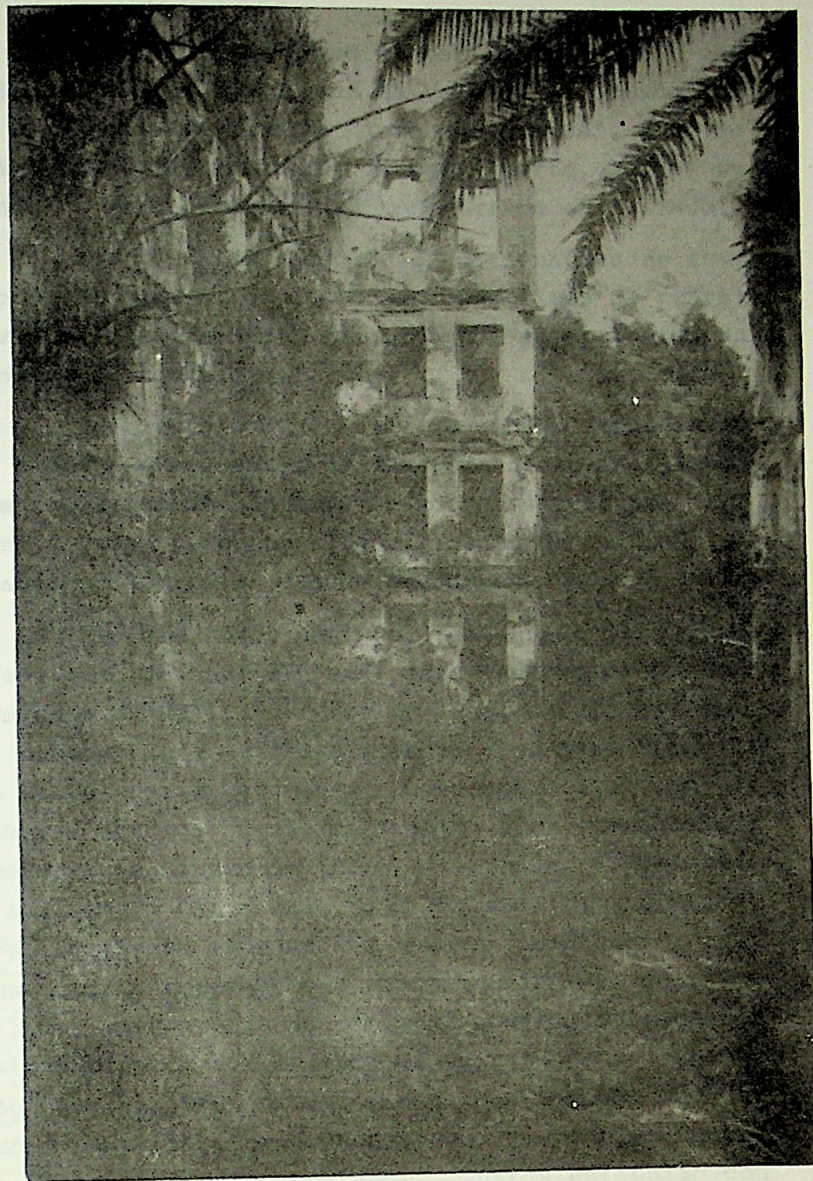
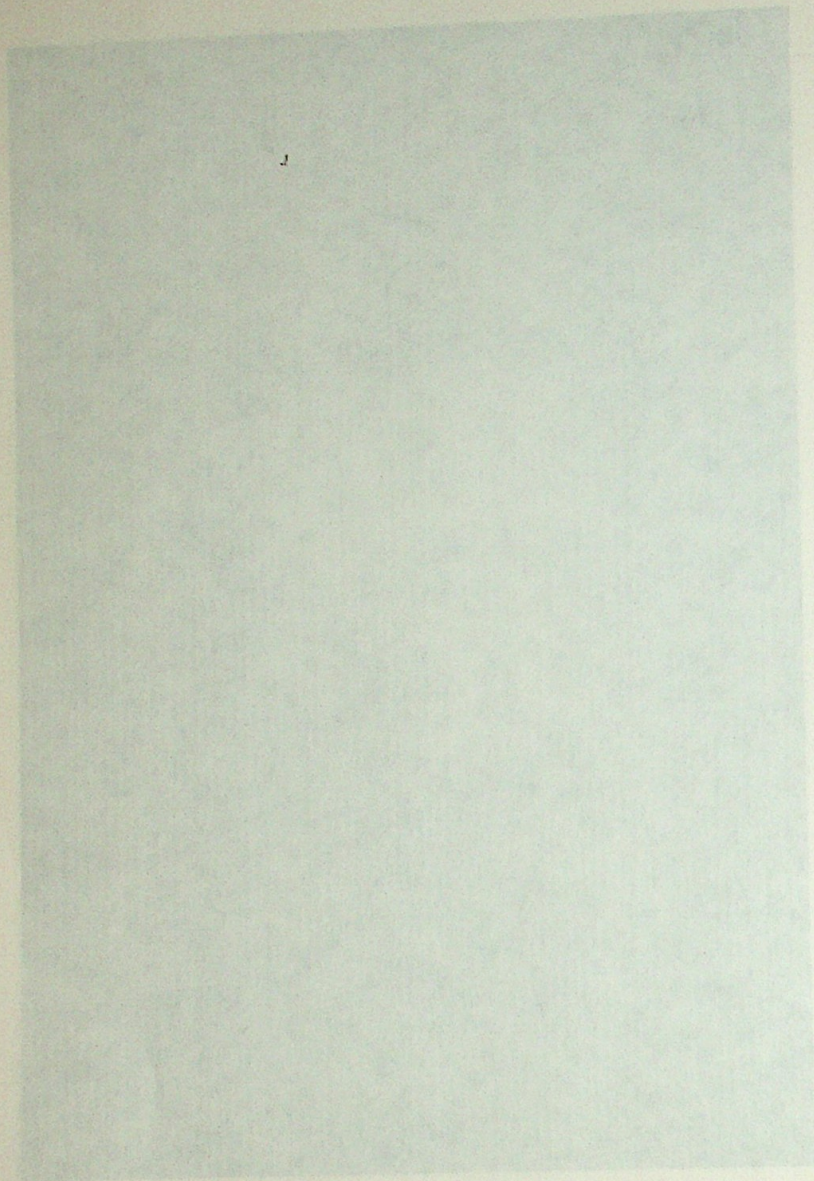
12. CAMPOS, João da Silva. *Op. cit.*, p. 95.
13. SALVADOR, Frei Vicente de. *Op. cit.*, p. 113.
14. CAMPOS, João da Silva. *Op. cit.*, p. 117.
15. FREIRE, Felisbello. *Op. cit.*, p. 159.
16. BARROS, Francisco Borges de. *Arquivo Histórico*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1929. Segundo volume, primeira parte, p. 47.
17. BARROS, Francisco Borges de. *Op. cit.*, p. 65.
18. BARROS, Francisco Borges de. *Op. cit.*, pp. 67/9.
19. JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Op. cit.* Volume II, p. 582.
20. CAMPOS, João da Silva. *Op. cit.*, p. 154.
21. CAMPOS, João da Silva. *Op. cit.*, p. 168.
22. CAMPOS, João da Silva. *Op. cit.*, p. 170.
23. CAMPOS, João da Silva. *Op. cit.*, pp. 176/8.
24. VILHENA, Luiz dos Santos. *Cartas de Vilhena*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1922. Segundo volume, pp. 519/20.
25. VILHENA, Luiz dos Santos. *Op. cit.* Primeiro volume, p. 242.
26. CASAL, Aires de. *Corografia Brasilica*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945. Tomo II, pp. 108/9.
27. REBELLO, Domingos José Antonio. *Corographia ou Abreviada Historia Geographica do Imperio do Brasil* in "Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia", Bahia, 1929, nº 55, p. 207.



VISTA DA FÁBRICA "TODOS OS SANTOS" - Gravura da época existente na Prefeitura Municipal de Valença.



RUÍNAS DA FÁBRICA "TODOS OS SANTOS", NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAVAM EM JULHO DE 1982 (Foto do autor).



RUÍNAS DA FÁBRICA "TODOS OS SANTOS", NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAVAM EM JULHO DE 1982 (Foto do autor).

2. AS FÁBRICAS DE VALENÇA

Pelos fins da primeira metade do Século passado, quando se iniciaram em Valença os trabalhos de construção da fábrica "Todos os Santos", a economia baiana continuava, em grande parte, sob o comando do capital comercial concentrado em Salvador.

Acentuava-se o declínio dos senhores de engenho do Recôncavo, os antigos homens ricos da terra, vivendo, quase sempre, sujeitos aos comerciantes da Capital da Província.

Eram tais comerciantes que lhes financiavam os gastos consequentes de uma vida de luxo e fausto, que insistiam em manter, visando conservar uma aparência falsa de prosperidade, apesar da difícil situação econômica em que se encontravam.

Não era novo, contudo, tal estado de cousas. Desde que, já em 1781, em carta endereçada ao Dr. Domingos Vandelli, Diretor do Real Jardim Botânico de Lisboa, José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu, assim descrevia a dependência em que se achavam aqueles senhores frente aos comerciantes que os financiavam - "Elle (o senhor de engenho) acha logo um negociante, que lhe subministra dinheiros, fazendas, escravos e o mais necessario para supprimento do engenho e constitue-se seu assistente; que em compensação estipula o ser embolsado com os rendimentos do engenho ou da fazenda de canna, pagando-lhe juros do seu dinheiro e recebendo o asucar com 2 tostões de menos, do que correr na praça: estes são mais moderados. Outros estipulão condições mais uzurarias, se a necessidade do lavrador o põem na superioridade de dar a lei. He este o ra

mo do commercio o mais seguro e mais pingue dos negociantes: porque além do ganho exorbitante das especulações referidas tem a vantagem da certeza da extracção da sua fazenda e dos seus escravos (se contracta tambem nisso) reputando tudo a hum preço excessivo e maior do que exigiria o empate do seu dinheiro"¹. E Gões Calmon, referindo-se, de modo expresso, à economia baiana entre 1823 e 1830, confirmava a persistência de tal quadro, passados já cem anos, afirmando serem os comerciantes dessa época "comissários de assucar, cujas caixas recebiam, depositando-as nos trapiches; adeantavam as provisões de bocca e de vestuario aos senhores de engenho para a familia e os escravos, emprestavam-lhes dinheiro a juro alto, ou davam suas firmas, mediante "del-crederé", para saccarem-no na "Caixa de Descontos", favoneando, matreiramente, o ocio de muitos, as despezas voluptuarias de outros, as orgias e o jogo, que, em breve tempo, dizimaram o fructo do trabalho servil ou as heranças das casas ricas"².

A boa situação em que se encontravam esses negociantes se fortalecera em consequência da resolução tomada pelo Príncipe Regente D. João VI, em janeiro de 1808, na Bahia, determinando a abertura dos portos do Brasil às nações amigas de Portugal. Tal decisão tendo lhes permitido exercerem, dali por diante, além do papel de agentes financiadores dos senhores de engenho, o de controladores tanto da exportação do açúcar e das matérias primas aqui produzidas como da importação dos produtos de consumo destinados ao mercado local. O que irá explicar, de modo satisfatório, a iniciativa do Conde dos Arcos de criar, em 1811, a Praça de Comércio da Bahia, justificando o seu ato pela importância econômica que

possuía a Cidade do Salvador, em "razão da massa dos seus productos crús, sobre cuja exportação pode ella disputar actualmente com todos os Portos do Globo"³. Havendo tal Praça de Comércio, já em 1840, se transformado na poderosa e influente Associação Comercial da Bahia, que teve como seu primeiro Presidente, João Gonçalves Cezimbra e seu primeiro Tesoureiro, Manuel Belens de Lima, comerciantes possuidores de grande fortuna e prestígio local, o que lhes garantia participação ativa na vida econômica e política da Província.

Muitos negociantes já atuavam, na primeira metade do Século XIX, na Cidade do Salvador, no ramo de exportações e importações. Entre eles Antônio Pedroso de Albuquerque, comissário de açúcar e um dos mais importantes traficantes de escravos desse tempo, José Alves da Cruz Rios, José Agostinho de Sales, o inglês Andrew Comber, Antônio Francisco de Lacerda e outros mais. Não seria, pois, de estranhar que as primeiras indústrias aparecidas na Província, em particular, na Cidade do Salvador, houvessem sido sustentadas pelo seu capital. Tendo elas surgido, inicialmente, orientadas para a manufatura do fumo e a fabricação do rapé, e logo depois, para a produção de tecidos, estas últimas surgidas em consequência da necessidade crescente de panos grossos de algodão, destinados ao ensacamento dos produtos de exportação e à confecção do vestuário usado pelos escravos e camadas mais pobres da população. E foi desse modo que, em 1834, começou a funcionar em Salvador, a fábrica "Santo Antônio do Queimado", fundada por Paulo Pereira Monteiro e de propriedade da firma Monteiro, Espinheira Junior & Cia.; e no ano seguinte, a "Nossa Senhora da Concei

ção", de propriedade de Domingos José d'Amorim, am
bas dedicadas à fabricação de tecidos.

No que se refere à manufatura do fumo, exis
tiram na Bahia, antes de 1850, a fábrica de proprie
dade do suíço Frederic Meuron, produzindo rapé, fun
dada em 1816, e as de Francisco José Cardoso e Mano
el Vieira de Melo, funcionando, respectivamente em
São Felix e Maragogipe, todas elas sustentadas por
comerciantes exportadores, por eles condicionadas e
deles dependentes.

Quanto à indústria textil, apesar de conti
nuarem, após o seu surgimento, sendo importados 50%
dos tecidos consumidos na Província, representando
tal percentual o volume de tecidos finos destinados
à confecção das roupas usadas pelas classes privile
giadas da sociedade, o interesse maior pelo seu fun
cionamento derivava da necessidade de tecidos gros
seiros já mencionada.

Somente em 1844, no entanto, iria surgir, na
Bahia, um grande projeto de indústria de tecidos,
com a conjugação de interesses de três grandes co
merciantes locais - o português, naturalizado brasi
leiro, Antônio Francisco de Lacerda, o norte-ameri
cano John Smith Gillmer, e o já mencionado Antônio
Pedroso de Albuquerque. Tratava-se da instalação de
uma fábrica de grandes proporções, às margens do rio
Una, em Valença, à altura da sua segunda cachoeira,
a partir da foz, contando com abundante força hi
dráulica e um inicialmente presumido fácil abasteci
mento de matéria prima, a ser fornecida pelas ter
ras da Comarca do Rio de Contas. E, coincidentemen
te, a sua construção se iniciaria no mesmo ano em
que foi decretada pelo Governo do Império, a tarifa

Alves Branco, gravando com taxas de importação os
tecidos provindos do estrangeiro.

Ao lado desses três empresários se encontra
va, ainda, o engenheiro norte-americano, posterior
mente naturalizado brasileiro, João Monteiro Car
son, aqui radicado, e proprietário, como já disse
mos, da Fazenda Candengo, em Valença. Foi ele encar
regado de planejar e orientar a construção da fábri
ca, bem como de efetuar as obras de captação das
águas do rio Una, que iriam movimentar suas máqui
nas.

E ainda que tenhamos de voltar a falar, com
maiores detalhes, desses nomes, cumpre aqui realçar
o fato de haverem sido Antônio Francisco de Lacer
da, principal participante do empreendimento, com
50% do capital investido, e os seus parceiros John
Smith Gillmer e Antônio Pedroso de Albuquerque, ne
gociantes de longa tradição no comércio baiano, to
dos dispendo de considerável fortuna. Quanto a João
Monteiro Carson, muito embora sejam ainda poucas as
informações a seu respeito, constatamos ter sido
pessoa possuidora de amplos conhecimentos de mecâni
ca industrial e sobre técnicas agrícolas, como ire
mos demonstrar no curso deste trabalho.

Presumimos ter ele emigrado para o Brasil,
já em idade madura, da área da Nova Inglaterra, on
de, na primeira metade do Século XIX, se localizava
o principal polo de desenvolvimento econômico dos
Estados Unidos. Tanto que a fábrica por ele planeja
da e instalada em Valença, obedeceu ao esquema de
montagem e funcionamento, com aproveitamento de for
ça hidráulica, utilizado por numerosas fábricas de
tecidos então existentes naquela região norte-ameri
cana.

Três anos depois, precisamente a 19 de novembro de 1847, iniciava a fábrica a sua produção, sob a gerência do referido João Monteiro Carson, e registrada como de propriedade da firma Lacerda & Cia., havendo tomado a denominação de "Todos os Santos", pelo fato de haver sido inaugurada na data consagrada a Todos os Santos no calendário litúrgico da Igreja Católica.

Já no ano de 1848 os seus proprietários remetiam para exame, ao então Presidente da Província, João José de Moura Magalhães, amostras dos tecidos ali produzidos. Nesse mesmo ano havendo eles comunicado àquela Presidência, a próxima instalação, ao lado da fábrica, de uma fundição de ferro e bronze, destinada à fabricação e reparo das peças de que viesse a "Todos os Santos" ou outras indústrias locais necessitarem. Na mesma ocasião informaram achar-se a fábrica montada com 2.000 fusos e 50 teares, contando com cerca de cem operários "nacionais livres, de um e outro sexo". Acrescentavam, contudo, que a fábrica estava a trabalhar com pouco mais da quarta parte das suas máquinas, produzindo, diariamente, seiscentas varas de tecidos. E aproveitavam o momento para solicitar a continuação da "proteção sempre liberalizada a este estabelecimento", esperando "retribuí-la com os incalculáveis benefícios que dos seus bons resultados provirão ao país", embora admitindo que "este resultado é ainda dependente da proteção que o país lhe der, por que os embaraços e despesas com que tem lutado a mais de quatro anos e ainda lutam vão muito além de todos os cálculos e previsões que em seu começo haviam imaginado"⁴.

Tal informação vindo justificar a referência feita por Góes Calmon, ao tratar da economia baiana no ano de 1848, a uma "ameaçadora crise na fábrica de tecidos de Valença, a despeito dos poderosos elementos de dinheiro que a sustentavam"⁵.

Naquele mesmo ano de 1848, provavelmente para facilitar o acesso de embarcações de maior porte à cidade de Valença, fator essencial para o êxito do empreendimento, havendo sido construído, no alto do Morro de São Paulo, o farol que ainda hoje lá existe, considerado, na época, o mais moderno e eficiente de todo o litoral brasileiro, instalado sob a orientação de João Monteiro Carson, tendo sido o seu maquinário importado da França, da firma Henry Lepaute, de Paris, pela casa comercial de Antônio Francisco de Lacerda.

Um ano após, em 1849, a fim de atender aos interesses dos industriais de tecidos do Império, criava o Governo uma taxa adicional de 2% sobre os produtos de exportação que fossem encapados ou enfiados com tecidos estrangeiros. Vindo tal decisão comprovar a necessidade de proteger-se o capital local investido na indústria textil, de modo a permitir a competição dos tecidos aqui fabricados com os produzidos, com maior facilidade, principalmente, na Inglaterra.

A despeito, contudo, das dificuldades enfrentadas pela indústria de tecidos nacional, a "Todos os Santos" continuaria a sua produção e, em 1854, quando da passagem pela Bahia do missionário protestante, de nacionalidade norte-americana, J.C. Fletcher, foi ela por ele visitada, em companhia de um dos seus proprietários, o seu compatriota John Smith Gillmer, não lhe poupando, então, grandes elogios e

chegando a considerá-la a mais bela fábrica do Brasil. E referindo-se à eficiência dos seus operários, afirmava que poderia ser a mesma "favoravelmente comparada com a das mais bem dirigidas fábricas norte-americanas".

Ali encontrou ele, dirigindo os trabalhos da indústria, o engenheiro João Monteiro Carson, de quem nos disse ser "um homem interessantíssimo por sua inteligência e bom senso", nos informando, ainda, da presença, no estabelecimento, de outros cidadãos norte-americanos, entre eles, um certo R.A. Randall, natural de Rhode Island, a quem se referiu como "construtor de moinhos". Contou-nos, ainda, acerca de Carson, ter ele lhe declarado que viera para morrer no Brasil, mas aqui recuperara a sua saúde. Mencionou, também, o fato de ter ido visitar, nas imediações da fábrica, em companhia de Randall, os túmulos de dois outros norte-americanos que tinham vindo trabalhar naquela indústria e aqui haviam falecido⁶.

Cinco anos depois, em janeiro de 1860, foi a "Todos os Santos" visitada pelo Imperador D. Pedro II. Já ali trabalhava, no posto antes ocupado por João Monteiro Carson, falecido em Liverpool, em 1858, o filho de Antônio Francisco de Lacerda, Augusto Frederico de Lacerda. Diplomara-se ele em engenharia, em 1856, no Rensselaer Politechnic Institute, em Troy, no estado de New York, e regressara ao Brasil em 1858, com vinte-e-um anos de idade, havendo trabalhado durante um ano, após a sua diplomação, numa fábrica de tecidos de algodão em Holyoke, no estado de Massachussets⁷.

O Imperador a descreveu, então, como "um excelente estabelecimento onde trabalham como em famili

lia 200 para 300 operarios, pela maior parte do sexo feminino, com bellas maquinas, sobretudo, as americanas". Informou-nos, contudo, da existência de uma outra fábrica de tecidos em Valença, também à margem do rio Una, com belos edifícios mandados construir pelo Dr. Bernardino de Sena Madureira, à espera, todavia, de máquinas encomendadas no estrangeiro para iniciar a sua produção⁸.

Naquele mesmo ano, no entanto, no mês de setembro, seria dissolvida a firma Lacerda & Cia., com a retirada da sociedade de dois dos seus sócios, Antônio Francisco de Lacerda e John Smith Gillmer, tornando-se, a partir de então, seu único proprietário, o sócio remanescente, Antônio Pedroso de Albuquerique. E ele próprio, em carta endereçada ao Presidente da Província, Antônio da Costa Pinto, em 24 de Janeiro de 1861, explica ter se dado tal dissolução em consequência de "prejuizos resultantes da retardada fundação do Estabelecimento e da sua primordial direcção", aliados à sua fraca rentabilidade, às dificuldades encontradas para o seu abastecimento em matéria prima de origem local, quase sempre insuficiente, além da exiguidade do mercado de consumo da Província⁹.

Nessa dissolução, os sócios fundadores considereram perdido o capital social da firma, havendo assumido a responsabilidade pelo passivo da mesma, o sócio Antônio Francisco de Lacerda, que recebeu como compensação todo o seu ativo social e mais a quantia de 250:000\$000, paga por Antônio Pedroso de Albuquerque. Quanto a este, foi indenizado com a transferência, para a sua propriedade, dos edifícios, máquinas, escravos, embarcações e todos os mais acessórios e pertences da Fábrica¹⁰.

Na carta acima referida, de janeiro de 1861, Antônio Pedroso de Albuquerque, após expor as dificuldades pelas quais passava a "Todos os Santos", solicitava a ajuda dos poderes públicos para assegurar a continuidade do seu funcionamento, advertindo para a possibilidade de vir a mesma a encerrar, definitivamente, as suas atividades, deixando em desemprego numerosos operários. Dizia, então, que a "Todos os Santos" merecia "mais do que qualquer outro", "toda a proteção, pela sua organização inteiramente particular", pois que "emprega 90 raparigas e 90 homens de todas as idades, todos nacionais, aos quais dá caça e mesa; vivendo todos em uma só família, recebendo educação primaria aquelles que precisão, e moral tanta quanto se pode encontrar no Collegios d'educação superior", E finalmente, informava, acerca das condições de vida dadas aos seus operários, que "todos os annos no dia anniversario da Fabrica verificão-se alguns casamentos entre operários que se affeição, os quaes sempre forão protegidos pelos antigos Proprietários e continuão a ser pelo actual e pode-se dizer com satisfação, que até hoje todos teem sido muito felizes achando-se a maior parte ainda empregados na Fabrica e os que se teem retirado vão vivendo bem ¹¹.

A partir, contudo, de 1860, começara a funcionar, em Valença, uma nova fábrica, fundada por Bernardino de Sena Madureira, sob a denominação de "Nossa Senhora do Amparo". Não parece, porém, houvesse ela escapado às crises que afligiam as indústrias de tecidos instaladas na Província. E foi, provavelmente, em busca dos capitais necessários à sua manutenção, que o seu fundador associou-se a Luiz Rodrigues Dultra Rocha Filho, formando a firma Madu

reira & Dultra, que se tornou a nova proprietária da fábrica referida. Nem assim, contudo, devem ter sido superadas suas dificuldades financeiras, desde que, passando a mesma a ser "suprida pela casa do Lacerda", ou seja por Antônio Francisco de Lacerda, antigo proprietário da "Todos os Santos", provavelmente sob a forma de fornecimento de mercadorias e capital emprestado a juros, foi a "N.S. do Amparo", a 18 de setembro de 1869, vendida ao mesmo pelos seus proprietários, sendo então registrada como pertencente à firma "Lacerda & Irmãos", constituída por três dos seus filhos, Antônio de Lacerda, Augusto Frederico de Lacerda e Joaquim de Lacerda¹².

Um deles, Augusto Frederico de Lacerda, trabalhara na "Todos os Santos" desde o seu regresso dos Estados Unidos, em 1858. Lá o encontrara, como já afirmamos, o Imperador D. Pedro II. E em 1863, com o falecimento da sua primeira esposa, a norte-americana Helen Agnes Kendrick, com quem se casara, em novembro de 1854, nos Estados Unidos, se casaria, em segundas núpcias, com Dona Ubaldina Pedroso do Amaral, sobrinha de Antônio Pedroso de Albuquerque.

Com a morte, contudo, em 1872, de Antônio Francisco de Lacerda, passara a "N.S. do Amparo", definitivamente, para a propriedade dos seus três filhos já referidos. Mas de tal ordem era, então, o passivo da firma Lacerda & Irmãos, que a fábrica se tornara uma carga onerosa e, de um certo modo, indesejável. O que explica a posição dos mesmos relutando em aceitá-la, sob a alegação de que nunca a administraram enquanto vivera o seu pai, razão pela qual teriam sido, unicamente, por esse tempo, proprietários nominais da fábrica mas não seus proprietários efetivos, não podendo, pois, assumirem a responsabi

lidade pelas suas dívidas na precária situação que ela se encontrava¹³.

Dois anos depois, em 1874, continuavam em funcionamento as duas fábricas, havendo sido então visitadas pelo Presidente da Província Antônio Cândido da Cruz Machado, no mês de março, e identificadas, na ocasião, pelo jornal que noticiou tal visita, como as fábricas do "Sr. Comendador Pedroso" e do "Sr. Lacerda"¹⁴.

A 1ª de agosto de 1876, no entanto, foi finalmente fechada a fábrica "Todos os Santos", sendo despedidos todos os seus operários que, conforme depoimento de Antônio Pedroso de Albuquerque, "se achão sem ocupação e mendigando o pão da subsistência"¹⁵. Quanto à fábrica "N.S. do Amparo", passou a ser considerada, por insistência dos seus herdeiros, proprietários em dezembro de 1875, no curso do Inventário de Antônio Francisco de Lacerda, como "bem de casal", em razão do montante elevado de suas dívidas, atingindo, àquela altura, um total de 263:264\$049 réis. Terminando, afinal, por ser transferida para a propriedade exclusiva de Augusto Frederico de Lacerda, que a recebeu como parte do seu quinhão de herança, pela avaliação de 97:000\$000¹⁶. Dois anos depois, contudo, no mês de julho de 1877, seria ela vendida por 60:000\$000 à firma Moreira, Irmão & Cia, constituída por José Pinto da Silva Moreira e Luiz Pinto da Silva Moreira, associada, na referida compra, a Domingos Gonçalves de Oliveira¹⁷.

De referência à "Todos os Santos", a 23 de novembro de 1876, através de procuração passada em favor de Augusto Frederico de Lacerda, Antônio Pedroso de Albuquerque o autorizava a realizar um inventário do que ali se encontrava, "dando a direção

a que achar melhor a seguir d'aqui em diante em quanto estiver parada, fazendo receber os jornaes dos meos Escravos que estão no ganho e dirigir os que ficarão ao serviço da Caza conforme achar mais conveniente"¹⁸. Em 1878, contudo, com o falecimento de Antônio Pedroso de Albuquerque, passaria a "Todos os Santos" a pertencer a seu filho homônimo, o Conde Pedroso de Albuquerque, que a vendeu, em 1883, juntamente com a Fazenda Candengo, adquirida em hasta pública por seu pai, em 1861, em vista do falecimento, sem herdeiros, do seu antigo proprietário, João Monteiro Carson, à firma Moreira, Oliveira & Cia., sucessora da firma Moreira, Irmão & Cia., já proprietária, desde 1877, da "Nossa Senhora do Amparo"¹⁹.

Apesar, no entanto, de haver Augusto Frederico de Lacerda vendido, naquele ano, a "Nossa Senhora do Amparo", permaneceria ele em Valença até o ano de 1884, talvez pelo fato de ter ali constituído uma segunda família, tomando como companheira, D. Euflozina Maria do Desterro, com quem teve 11 filhos, o primeiro nascido, provavelmente, em 1875, e o último, em 1883; e ainda por haver mantido, durante este período, um longo litígio jurídico com a firma Moreira, Oliveira & Cia, alegando ser o detentor legítimo da posse das terras onde se edificara a fábrica "Todos os Santos", por herança do seu pai, a quem haviam sido as mesmas concedidas em aforamento perpétuo pelo Estado, no ano de 1844, pouco antes de serem iniciadas as obras de construção da mesma. Ao desistir, porém, da questão, retirou-se para Salvador, onde veio a falecer bem mais tarde, no ano de 1931.

Foi em 1887, que José Pinto da Silva Moreira

e Domingos Gonçalves de Oliveira, sócios principais da firma Moreira, Oliveira & Cia., fundaram a empresa Valença Industrial, englobando as duas fábricas de tecidos, a fundição de ferro e bronze mencionada anteriormente e mais a serraria "Rio Una". Havendo essa empresa sido transformada, em 1899, de sociedade em comandita por ações em sociedade anônima, sob a denominação de Cia. Valença Industrial. Nessa ocasião tendo sido providenciada a transferência definitiva dos teares da "Todos os Santos" para a "Nossa Senhora do Amparo", ficando a "Todos os Santos", a partir de então, abandonada, encontrando-se hoje as suas primitivas instalações em estado de completa ruína.

Ao lado, contudo, das fábricas de tecidos referidas, existiram em Valença, entre os anos de 1844 e 1887, uma serraria, de propriedade de Bernardino de Sena Madureira, fundada em 1857, nas proximidades do local onde depois surgiria a fábrica "Nossa Senhora do Amparo", e a fundição de ferro e bronze já por várias vezes referida, instalada ao lado da "Todos os Santos", funcionando a partir de 1857, ao tempo em que esta fábrica ainda pertencia à firma Lacerda & Cia. Existindo, também, a referência feita por Fletcher, no relato da sua viagem à Valença, em 1854, a uma fábrica de vidro, de propriedade do já citado Bernardino de Sena Madureira, na qual encontrou aquele viajante, um operário norte-americano, de nome Forster, natural de Worcester, Massachusetts²⁰.

Tendo ainda, em 1858, surgido a idéia de ali construir-se uma fábrica de papel, que seria montada por João Monteiro Carson. Carson se oferecera, então, para instalá-la, com o aproveitamento das má

quinas de uma fábrica similar que antes funcionara na área de Cabrito, em Salvador, comprometendo-se ainda, o norte-americano, a ceder o terreno para o estabelecimento e para as casas destinadas aos trabalhadores, a transportar de Salvador para Valença, as máquinas a serem adquiridas, e a construir a levada para o suprimento da água necessária ao seu funcionamento, recebendo em paga, a quantia de nove contos de réis, e mais, a partir do início da produção com lucros do empreendimento, uma percentagem, a ser fixada, sobre tais lucros. Assegurando-se, ainda, por contrato, ao mesmo, a direção da fábrica pelo prazo de seis anos²¹. Não parece, contudo, tivesse tido tal projeto qualquer andamento.

Analisando, agora, mais de perto, as condições de funcionamento das fábricas "Todos os Santos" e "Nossa Senhora do Amparo", verificamos que a "Todos os Santos" chegou a se tornar, durante o seu período de produção, a mais importante fábrica de tecidos da Província e talvez de todo o Império, tanto no que se refere ao capital nela investido, 280 contos de réis, como quanto à sua produção e número de operários. Teria sido, provavelmente, um empreendimento inadequado às proporções do mercado que deveria atender ou das fontes de matéria prima com que esperava contar. Desde que, como dissemos, um ano após a sua inauguração, em 1848, trabalhava com menos da quarta parte do seu maquinário e com um número insuficiente de operários especializados²². E doze anos depois, em 1860, continuava a produzir abaixo da sua capacidade, com a metade da produção de que seria capaz²³.

Em 1875, todavia, estava a produzir cerca de 1.100.000 metros de tecidos, o equivalente a pouco

menos de um terço da produção da Província, calcula da, naquele ano, em 3.466.825 metros, ou seja, aproximadamente, 35% da produção de todo o Império²⁴. Nem assim, contudo, teria condições de manter-se como empreendimento rentável, tanto que, um ano após, se viu forçada a encerrar suas atividades. Sendo importante notar que nos anos próximos a tal encerramento, a quase totalidade dos tecidos que produzia era destinada a Pernambuco, para o ensacamento do açúcar que dali se exportava. Funcionava, então, com cerca de 250 operários, movimentando 176 teares e 4.160 fusos, e consumia, anualmente, cerca de 300.000 quilos de algodão bruto, quantidade essa quase nunca obtida das terras da Província da Bahia, o que forçava o seu proprietário a importar grandes quantidades do produto, por via marítima, das Províncias de Alagoas e Sergipe.

Quanto à fábrica "Nossa Senhora do Amparo", bem mais modesta, ainda que mais moderna, funcionava, nessa mesma época, com cerca de 180 operários, 68 teares e 2.400 fusos, consumindo, anualmente, 42.000 quilos de algodão e produzindo 600.000 metros de tecidos²⁵.

No que se refere à mão-de-obra utilizada pela "Todos os Santos", é interessante notar a predominância absoluta de trabalhadores livres e, ainda, o fato de constituírem as mulheres grande parte da mesma. E na Fala do Presidente da Província Francisco Gonçalves Martins, em 1849, há uma referência expressa ao assunto, valendo ser transcrito o trecho da mesma que a ele se refere:—"A maior parte das pessoas do sexo feminino que trabalham actualmente nesta fábrica são tiradas das classes menos abastadas, e algumas mesmo da mais extrema miséria: exce-

de o seu número a 70. Ahi aprendem a ler, escrever, a dançar e a música; o Director tem achado nellas muita aptidão e habilidade a ponto de se poder dispensar a presença das mestras Estrangeiras contratadas para lhes ensinar os misteres da fábrica. Os rapazes são principalmente tirados do Seminário dos Órfãos desta cidade e tem desenvolvido habilidade bastante na theoria e practica do trabalho a que se applicão. Ao entrarem, diz o seu Director, são pela maior parte preguiçosos e insubordinados, porém, com o tempo se tornam bons, e podem ser favoravelmente comparados aos melhores da Europa. Aprendem o que acima disse que se ensina às meninas, para que uns e outros estejam sempre ocupados. Trabalhão desde o amanhecer até 7 e 1/2 da noite, tendo 20 minutos para almoço, meia hora para jantar, e igual espaço para a ceia; occupão-se depois até mais de 10 horas com suas licções e entretenimentos. Nos domingos passeião e divertem-se; e apesar de ambos os sexos se acharem confundidos nestes lugares publicos não se deo ainda um exemplo de offensa a moral"²⁶.

Torna-se difícil, sem dúvida, descobrir os motivos que levaram os proprietários da "Todos os Santos" a adotar tal sistema de trabalho, em flagrante contraste com as relações escravistas que caracterizavam a economia do Império, especialmente, na área da agricultura. Não devemos esquecer, contudo, que ali fora adotado o modelo industrial norte-americano, inspirado, provavelmente, no seguido pelas fábricas de tecidos da Nova Inglaterra. Talvez por influência de João Monteiro Carson, que teria emigrado para o Brasil daquela região, onde deve ter vivido durante o tempo no qual foi a mesma agitada pela propagação das ideias reformistas dos es-

coesses Robert Owen e Fanny Wri^gth.

Defendiam tais reformadores um sistema de trabalho onde o elemento humano fosse devidamente valorizado, propiciando-se aos trabalhadores, condições de vida e desempenho profissional que lhes permitissem, ao fim de algum tempo, a obtenção de uma melhor situação econômica e social. Enfatizavam a importância da educação, principalmente durante a infância, julgada indispensável para a formação moral dos operários. Como ainda valorizavam, de modo especial, o trabalho da mulher, até então minimizado no processo econômico. Sem esquecer que, entre os anos de 1825 e 1829, foi fundada, nos Estados Unidos, por Robert Owen, no estado de Indiana, uma comunidade de trabalho por ele denominada "Nova Harmonia", através da qual pretendia o mesmo demonstrar, na prática, a excelência do seu sistema, baseado no trabalho livre e executado com boa vontade e interesse pelos próprios operários. Incluindo-se, ainda, no pensamento desses reformistas, entre as condições essenciais para que fossem alcançados esses bons resultados, o fornecimento aos trabalhadores de boas condições de moradia e alimentação²⁷.

O que encontramos, portanto, na fábrica "Todos os Santos" nada mais é que a realização, dentro de determinados limites, das idéias defendidas por Robert Owen e Fanny Wright, evidenciadas pelas condições de vida que a fábrica oferecia aos seus operários, entre as quais se incluíam moradia, alimentação, instrução, assistência religiosa e, ainda, oportunidades para o preenchimento das suas horas de lazer, com dança e música. Como se pode concluir do que já expomos e da leitura da Fala do Presidente da Província Antonio da Costa Pinto, em 1861, que,

ao referir-se à fábrica "Todos os Santos", afirmava ali existir uma educação primária e moral "tal como se costuma dar nos collegios superiores", uma banda de música "que toca uma vez por semana", uma capela e "um Padre que diz missa aos domingos e dias santificados"²⁸.

Também o Imperador D. Pedro II, em 1859, nos informava que na "Todos os Santos" existia uma escola de primeiras letras e que os seus operários "aprendem a dançar e musica havendo já uma banda que tocou para elles dançarem na minha presença". Acrescentando haver "baile todos os sabados até 10 da noite" e ainda nos dizendo da existência de "um oratorio e capelão, médico Dr. Britto e botica para casos urgentes". Finalmente nos informando que "o refeitório é bom e a comida que os vi comendo pareceu-me boa e farta"²⁹.

Sobre a "Nossa Senhora do Amparo" não temos, infelizmente, informações que nos permitam afirmar ter sido dado aos seus operários igual tratamento, embora seja lógico supor que o tenha sido, desde que funcionavam os dois estabelecimentos na mesma cidade, pouco afastados um do outro.

Passemos, então, após haver conhecido as características e o funcionamento das fábricas de tecidos de Valença, no século passado, a identificar, com maior número de informações, os agentes empreendedores que as construíram e as puzeram em funcionamento, de modo tão singular. Passemos a tratar dos "industriais de Valença" no Século XIX.

NOTAS

1. LISBOA, José da Silva. *Carta muito interessante do advogado da Bahia, José da Silva Lisboa, para o Dr. Domingos Vandelli....* in "Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Bahia, 1950, nº 76, p. 114.
2. GÓES CALMON, Francisco Marques de. *Ensaio de retrospecto sobre o comércio e a vida econômica e comercial da Bahia, de 1823 a 1900,* in "Diário Oficial do Estado da Bahia", edição especial do Centenário, Bahia, 1923, pp.377/8.
3. VALVERDE, M.S.L. *Subsídio para a História da Associação Comercial da Bahia,* Bahia, 1917, p. 16.
4. Carta de Lacerda & Cia. ao Presidente da Província, em 28 de janeiro de 1848. Maço 4.602 - Presidência da Província - Série Agricultura - Fábricas. 1813 - 1889. Arquivo do Estado da Bahia.
5. GÓES CALMON, Francisco Marques de. *Op. cit.,* p. 382.
6. KIDDER, D.P. e FLETCHER, J.C. *O Brasil e os brasileiros.* São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1941, 2º volume, p. 229.
7. NASON, Henry B. *Biographical Record of Officers and Graduates of the Rensselaer Polytechnic Institute, 1824 - 1886.* Troy, New York, William H. Young, 1887, p. 295/6.
8. PEDRO II, D. *Diário da viagem ao norte do Brasil.* Bahia, Universidade da Bahia, 1959, p.191.

9. Carta de Antônio Pedroso de Albuquerque ao Presidente da Província Antônio da Costa Pinto, em 24 de janeiro de 1861. Maço 4.602 - Presidência da Província - Série Agricultura - Fábricas. 1813 - 1889. Arquivo do Estado da Bahia.
10. Certidão passada por Annibal André Ribeiro, Secretario da Junta Commercial de São Salvador aos cinco dias do mês de maio de 1883 a testando Convenção e Distrato da sociedade da Fábrica Todos os Santos. Maço 4.602 - Presidência da Província - Série Agricultura - Fábricas - 1813 - 1889. Arquivo do Estado da Bahia.
11. Carta de Antônio Pedroso de Albuquerque ao Presidente da Província em 24 de janeiro de 1861. Maço 4.602. Presidência da Província - Série Agricultura - Fábricas. 1813 - 1889. Arquivo do Estado da Bahia.
12. DOCUMENTO avulso existente nos Arquivos da Companhia Valença Industrial de Valença.
13. INVENTÁRIO de Antônio Francisco de Lacerda. Maço 278, doc. nº 1, Arquivo do Estado da Bahia.
14. DIARIO DA BAHIA, edição de 31/3/1874.
15. CARTA de Antônio Pedroso de Albuquerque ao Secretario do Governo da Província em 26 de setembro de 1876. Maço 4.602. Presidência da Província. Série Agricultura - Fábricas. 1813-1889. Arquivo do Estado da Bahia.
16. INVENTÁRIO de Antônio Francisco de Lacerda. Maço 278, doc. nº 1, Arquivo do Estado da Bahia.

17. DOCUMENTO avulso existente nos Arquivos da Companhia Valença Industrial.
18. DOCUMENTO particular de propriedade do Sr. Felix Affonso de Mello e Silva, neto de Augusto Frederico de Lacerda.
19. DOCUMENTO avulso existente nos Arquivos da Companhia Valença Industrial.
20. KIDDER, D.P. e FLETCHER, J. C., *Op. cit.*, p. 228.
21. Minuta de contrato redigida e assinada por João Monteiro Carson. Maço 4.602. Presidência da Província. Série Agricultura - Fábricas - 1813 - 1889. Arquivo do Estado da Bahia.
22. FALLA que recitou o Presidente da Província da Bahia o Desembargador João de Moura Magalhães n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma Província em 25 de março de 1848. Bahia, Typ. de João Alves Portella, 1848, pp. 49/50.
23. FALLA recitada na abertura d'Assembléa Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o Conselheiro e Senador do Império Herculano Ferreira Pessoa, em 10 de abril de 1860, Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1860, p. 71.
24. SAMPAIO, J.L.P. et alii. *Algodão e indústria têxtil na Bahia* in "A inserção da Bahia na evolução nacional - 1ª etapa: 1850 - 1889. Atividades Produtivas". Fundação de Pesquisas. CPE. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado da Bahia. Bahia, 1978, pp. 209/210.

25. SAMPAIO, J.L.P. *Evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira. A Companhia Empório Industrial do Norte-1891-1973*. Tese de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Ed. mimeografada, 1975, p. 60.
26. FALLA que recitou o Presidente da Província da Bahia, o Desembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma Província em 4 de Julho de 1849. Bahia, Typ. de Salvador Moitinho, 1849, p. 153.
27. ROBERTSON, R.M. *História da economia americana*. São Paulo, Distribuidora Record, 1967, pp. 261/2.
28. FALLA recitada na abertura d'Assembléa Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província Antonio da Costa Pinto, no dia 19 de maio de 1861. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1861, pp. 90/91.
29. PEDRO II. D. *Op. cit.*, p. 192.

3. OS INDUSTRIAIS DE VALENÇA

Salvador, a capital da Província da Bahia, mantinha, como já vimos, nos meados do Século XIX, características próprias de importante centro de comércio, com porto de intenso movimento, frequentado por embarcações provindas tanto dos países da Europa, dos Estados Unidos e das costas africanas, como de outras Províncias do Império, ou a esses pontos destinadas.

Tal movimentação se fundamentava, basicamente, na exportação de produtos naturais da terra, de modo particular, do açúcar e, de modo secundário, na importação de produtos industrializados a serem consumidos, na sua maior parte, pela elite local. Tais atividades sendo controladas, de modo absoluto, pelos comerciantes nela estabelecidos e proprietários de embarcações de médio e grande porte, alvarengas e trapiches localizados ao longo do litoral da baía de Todos os Santos, na Cidade Baixa, especialmente no trecho entre a Gamboa e a Boa Viagem.

Eram essas pessoas, pela sua importância econômica, participantes ativos da vida da Província e bem mais poderosos, àquele tempo, que os proprietários dos engenhos do Recôncavo, cada vez mais endividados e em franca situação de decadência econômica.

Vários desses negociantes haviam estado ou ainda estavam, direta ou indiretamente, ligados ao tráfico negreiro, enquanto outros já então se dedicavam, de modo exclusivo, a operações comerciais e financeiras.

Entre tais comerciantes e proprietários de

navios, alvarengas e trapiches merecem, da nos sa parte, maior atenção, Antônio Pedroso de Albuquerque e Antônio Francisco de Lacerda, possuidores de considerável fortuna, pelo fato de se haverem associado, em 1844, para a construção e instalação da fábrica de tecidos "Todos os Santos" em Valença.

De Antônio Pedroso de Albuquerque, diz Francisco Marques de Gões Calmon, haver sido o símbolo local do poder capitalista, durante longo tempo, na Província, e o menciona como o negociante de maior fama na Bahia, entre os anos de 1850 e 1860¹. Mas desde muito antes, a sua presença era marcante na economia local, pela sua participação ativa no tráfico de escravos.

Em 1826, um dos seus navios, o "Venturoso", já fazia a rota da África, sob o comando do Capitão Francisco Barbosa de Oliveira. E entre os anos de 1823 e 1830 a ele se refere, ainda F.M. de Gões Calmon, como alguém que "tudo adquiria em paga das avultadas dívidas que com ele tinham os senhores de engenho", afirmando, a seguir, que desse modo se fazia ele "dono de engenhos, recebia terras por toda a parte, quarteirões inteiros de casas, edificava outras, aceitava garantias hipotecárias, e o ouro, a prata e os diamantes das antigas e abastadas famílias lhe enchiam a burra"².

Pierre Verger nos informa, a seu respeito, haver localizado 31 partidas de navios de sua propriedade destinados à África, nesse mesmo período, realçando o fato de apenas quatro desses navios haverem sido apresados pelos ingleses, na sua campanha de repressão ao tráfico de escravos³.

Como proprietário de trapiches, tamanha era a sua importância, que um largo trecho do cais de atracação da cidade, entre o prédio da Alfândega e as proximidades da Praça do Comércio, talvez o mais movimentado de todos, conservou, por muito tempo, a denominação de "Cais do Pedroso".

Seria, provavelmente, natural do Rio Grande do Sul, onde nascera seu pai, João Pedroso de Albuquerque, na cidade de Rio Pardo; e era casado com D. Maria Accioli de Albuquerque, dela havendo tido um único filho, seu homônimo, nascido no ano de 1838⁴.

Em 1837, durante a agitação gerada pela Sabina, quatro grandes sobrados de sua propriedade, localizados na Rua Nova do Comércio, foram incendiados pela população revoltada. E em 1844 associou-se a Antônio Francisco de Lacerda e ao norte-americano John Smith Gillmer, formando a firma "Lacerda & Cia.", para a construção da fábrica "Todos os Santos", com a participação pessoal de uma quarta parte do capital da mesma.

Foi, também, proprietário de terras na Província, havendo se tornado dono dos engenhos de açúcar "Boa Vista", "Novo de Patatiba" e "Capimirim", além de várias fazendas na área do sertão.

Em vão pleitearia do Governo Imperial, por várias vezes, um título de nobreza. Sempre recebendo a negativa, à mesma alude, numa das suas petições, relacionando-a ao fato de lhe terem "pérfidos inimigos atribuído participação, em outras eras, no criminoso comércio de moedas de cobre falsificadas, bem como no bárbaro tráfico de Africanos". Mas mes

mo confessando o seu envolvimento no tráfico negreiro, declara que o praticando, "nunca violou as leis do Império, nunca quiz, violando-as, arriscar o que havia lícitamente ganho na concorrência com quase todos os habitantes deste País"⁵.

No entanto, embora não houvesse conseguido o título pleiteado, chegou a ser agraciado, em 1840, com a Comenda da Imperial Ordem do Cruzeiro, obtendo, ainda, em 1854, o Foro de Fidalgo Cavaleiro da Coroa Imperial.

Em 1852, iremos encontrá-lo como proprietário da Companhia de Navegação "Santa Cruz", que atuava nas águas internas da baía de Todos os Santos, assegurando os contactos por mar, de Salvador com as terras do Recôncavo, e sócio de uma outra companhia de navegação, a "Bomfim", com embarcações navegando ao longo da costa atlântica e alcançando portos de outras Províncias do Império, especialmente, os de Sergipe e Alagoas; circunstâncias que o levaram, posteriormente, à condição de membro da Diretoria da Companhia de Navegação Baiana, quando da sua criação, em 1858, mediante a fusão da "Santa Cruz" e da "Bomfim", ao tempo do governo de Francisco Gonçalves Martins.

A partir de 1860, com a dissolução da firma "Lacerda & Cia.", tornou-se o único proprietário da fábrica "Todos os Santos", havendo, então, adquirido, pela importância de 250:000\$000. (duzentos e cinquenta contos de réis), as partes correspondentes aos seus dois outros sócios, Antônio Francisco de Lacerda e John Smith Gillmer, e conseguido mantê-la em funcionamento, embora com grande dificuldade, até agosto de 1876, quando encerrou, de modo definitivo, suas atividades.

Proprietário, em 1874, da serraria "Sete de Setembro", localizada em Itapagipe, veio a falecer a 5 de agosto de 1878, deixando toda a sua fortuna, por testamento, para seu filho homônimo Antônio Pedroso de Albuquerque, que se casara com uma das filhas de Francisco Gonçalves Martins, o Visconde de São Lourenço. Foi esse seu filho agraciado, em 11 de abril de 1881, pela Coroa Portuguesa, com o título de Conde Pedroso de Albuquerque, obtendo, desse modo, do Governo de Portugal, a honraria tão desejada e nunca obtida pelo seu pai, do Governo Imperial do Brasil. Foi o Conde Pedroso de Albuquerque quem efetuou a venda, em 1883, à firma "Moreira, Oliveira & Cia.", da fábrica "Todos os Santos, já então paralizada, e da Fazenda Candengo, em terras visinhas à mesma.

Quanto a Antônio Francisco de Lacerda, português de nascimento e brasileiro por naturalização, iremos encontrá-lo, pela primeira vez, nos registros históricos baianos, quando da transformação da Praça do Comércio em Associação Comercial da Bahia, em novembro de 1840.

Figurou ele, então, entre os 78 negociantes convocados para elegerem a Junta Diretora da nova instituição, havendo, naquela ocasião, recebido 32 votos dentre os apurados, sem lograr, contudo, a vitória sobre os seus concorrentes. Sendo, no entanto, merecedora de consideração, por tão expressiva votação, sua importância entre os comerciantes locais.

É possível que, a exemplo de muitos outros, houvesse estado ligado, em outros tempos, ao tráfico de escravos, desde que, em maio de 1830, o Consulado Britânico na Bahia comunicava ao seu Governo

suas suspeitas acerca da participação no comércio de africanos, do navio "Angélica", comandado por Joaquim Ignácio do Livramento, considerado "aparentemente, da propriedade de Antônio Francisco de Lacerda, Comerciante nesta Praça", ainda que estivesse a referida embarcação registrada como de propriedade de João Baptista Orelle, natural da França ou Flandres⁶. Valendo notar, então, que em janeiro da quele mesmo ano casara-se Antônio Francisco de Lacerda com Dona Angélica Viana, o que nos permite estabelecer ligações entre a sua esposa e o nome da embarcação.

Em julho de 1843, quando de um grande desabamento de terras na encosta da Montanha, foi Antônio Francisco de Lacerda indicado pela Junta Diretora da Associação Comercial, ao lado de Antônio José da Costa e do norte-americano John Smith Gillmer, para compor uma Comissão encarregada de angariar fundos para auxiliar as vítimas da catástrofe. E, pouco depois, em 1845, foi nomeado, pela mesma Junta Diretora, para em conjunto com André Comber e, novamente, John Smith Gillmer, promover estudos sobre como desenvolver a agricultura na Bahia, notadamente, as culturas de algodão, fumo, café e cana-de-açúcar, atendendo a pedido formulado pelo então Presidente da Província, Francisco José de Souza Andréa. Havendo resultado dos trabalhos da referida Comissão, o relatório publicado em 1846, sob o título "Parecer de uma Comissão de Negociantes sobre o meio de promover a agricultura na Bahia", considerado, posteriormente, por M.S.L. Valverde, em seu "Subsídio para a História da Associação Comercial da Bahia", em 1917, um "trabalho que ainda hoje pode servir de ensinamento aos especialistas"⁷.

Em 1844, como já vimos, integraria, na condição de sócio majoritário, a firma "Lacerda & Cia.", em companhia de Antônio Pedroso de Albuquerque e John Smith Gillmer, destinada à construção da fábrica "Todos os Santos". Quatro anos depois, em 1848, tendo sido encarregado da compra, no estrangeiro, do material necessário à instalação, no Morro de São Paulo, do farol ali construído pelo engenheiro norte-americano radicado na Bahia, João Monteiro Carson.

Em 1858, quando da instalação do Banco da Bahia, iremos encontrá-lo participando da sua primeira Diretoria, como membro do seu Conselho Fiscal⁸. E logo após, em 1860, com a dissolução da firma "Lacerda & Cia." e a conseqüente venda da sua parte na fábrica "Todos os Santos" a Antônio Pedroso de Albuquerque, afastou-se, temporariamente, das atividades industriais de tecidos, havendo, contudo, às mesmas regressado em 1869, quando adquiriu, por compra, a firma "Madureira & Dultra", a fábrica de tecidos "Nossa Senhora do Amparo", que começara a funcionar, em Valença, em 1860, tendo-a, então, registrado como propriedade de "Lacerda & Irmãos", sociedade constituída por três dos seus filhos - Antônio de Lacerda, Augusto Frederico de Lacerda e Joaquim de Lacerda.

Irmão da Santa Casa de Misericórdia desde julho de 1854, casou-se, a 30 de janeiro de 1830, com Dona Angélica Michelina Viana, filha de Luiz Antônio Viana, de importante família baiana. Fora Luiz Antônio Viana um dos principais acionistas do Banco Comercial da Província da Bahia, enquanto o seu filho, Francisco Sampaio Viana, participou da Direção da Associação Comercial da Bahia, exerceu o cargo

de Tesoureiro da Santa Casa de Misericórdia e de Diretor da Companhia do Queimado, criada para prover a Cidade do Salvador de serviços de fornecimento de água, na segunda metade do Século passado.

Com Dona Angélica Viana de Lacerda teve Antônio Francisco de Lacerda seis filhos - Antônio de Lacerda⁹, Joaquim de Lacerda, Augusto Frederico de Lacerda, Maria José de Lacerda, que se casou com o comerciante francês Edouard Callebaut, envolvido, posteriormente, no comércio de diamantes, na área da Chapada Diamantina, Ana de Lacerda, que se casou com o Dr. Francisco Moniz Barreto de Aragão, e Luiz de Lacerda. Dentre eles falaremos, de modo especial, de Augusto Frederico de Lacerda, participante direto da história das fábricas de tecidos de Valença.

Entre 1860 e 1870 esteve Antônio Francisco de Lacerda envolvido em numerosas transações comerciais. Em 1862 associou-se a Antônio Joaquim da Silva Bastos e Antônio Joaquim d'Oliveira e Souza, para a instalação de uma fábrica de chapéus de feltro nos Coqueiros de Água dos Meninos. Em 1863 participava da firma "Ribeiro, Costa & Companhia", que cuidava do "tráfego de transportar por mar em alva renças de todos os gêneros de importação e exportação para carregar e descarregar embarcações nacionais e estrangeiras de longo curso, grande e pequena cabotagem, no porto e ancoradouros desta Cidade e bem assim rebocá-los por meio de vapores, e fazer quaisquer outros serviços ou trabalhos inerentes ao dito tráfego"¹⁰. Finalmente, em 1869, aparece como um dos mais importantes sócios da firma "Antonio de Lacerda & Cia.", destinada à construção do elevador hidráulico da Conceição, ligando a Cidade Alta à Cidade Baixa, e à instalação de um caminho de ferro



ANTÔNIO FRANCISCO DE LACERDA E SUA ESPOSA D. ANGÉLICA VIANA DE LACERDA (Foto de propriedade de Felix Afonso de Melo e Silva).



AUGUSTO FREDERICO DE LACERDA (Óleo pintado por José Antonio da Cunha Couto).

urbano entre a Praça do Palácio e a povoação da Barra¹¹.

Sua amizade com o Consul norte-americano na Bahia, John Smith Gillmer, deveria ser muito firme, tantas as vezes que os encontramos juntos. E tal fato será demonstrado, de modo evidente, quando da morte de John Smith Gillmer, em 1863, desde que, na quela ocasião, seria Antônio Francisco de Lacerda encarregado pela família do falecido, do inventário e administração provisória dos bens por ele deixados. E foi, provavelmente, por influência de John Smith Gillmer que Antônio Francisco de Lacerda enviou para os Estados Unidos, em 1852, o seu filho Augusto Frederico de Lacerda, com apenas 16 anos, para estudar no Rensselaer Polytechnic Institute, localizado em Troy, no Condado de Rensselaer, no Estado de New York, preparando-o, desse modo, para assumir, posteriormente, responsabilidades maiores ligadas às atividades da fábrica de tecidos que fundara.

Sua prosperidade é comprovada pelo valioso espólio por ele deixado quando do seu falecimento, a 29 de julho de 1872, avaliado, então, judicialmente, entre bens imóveis, moeda corrente, títulos e ações, em 1.351:070\$713, mais de 1.350 contos de réis, fortuna avantajada naquela ou em qualquer outra época.

Quanto a John Smith Gillmer, ocupou o Consulado dos Estados Unidos na Bahia de 1851 a 1862, havendo residido, durante algum tempo, em Montserrat, onde hospedou, de passagem pela Bahia, em 1857, o missionário protestante J.C. Fletcher. Dele havendo afirmado este viajante, que vivia o mesmo havia mui

to na Bahia e, pelas suas excelentes qualidades, ganhara já o coração dos brasileiros. De modo entusiasta e até poético, falou também da sua residência, onde "cada noite as brisas carregam os mais suaves perfumes, e cada manhã o sol parece revelar novas belezas nos botões que se abrem em lindas flores". Concluindo por considerá-lo "um dos poucos consules americanos que pelo conhecimento da língua da terra em que reside e pelo orgulho do seu país, representa devidamente uma grande nação"¹².

Natural da Pensilvânia, desconhece-se quando chegou à Bahia. Há indícios, pouco convincentes, de se haver envolvido, como tantos outros, no tráfico negreiro, através da firma "John S. Gillmore", da qual seria sócio, juntamente com Alexandre Tyler, nomeado Consul dos Estados Unidos na Bahia, em 1840. Segundo as pesquisas efetuadas na correspondência consular entre a Bahia e os Estados Unidos, pela professora Antônio Fernanda Pacca de Almeida Wright, seria de tal ordem "o escandaloso comportamento da firma Gillmore, que o ministro americano compeliu seu consul em Salvador a explicar-se e finalmente demitir-se da firma em questão"¹³. O que parece, contudo, invalidar a acusação de envolvimento pessoal de John Smith Gillmer no tráfico de escravos é o fato de haver sido ele nomeado Consul dos Estados Unidos na Bahia, em 1851, e ainda, os depoimentos a seu respeito feitos pelo Consul da Inglaterra na Bahia e que serviram de base para a afirmação do brasilianista Eugene Ridings, de haver John Smith Gillmer desempenhado "um importante papel na suspensão do tráfico após ter sido nomeado Consul americano, em 1850, pela sua recusa de garantir documentos de liberação de navios dos Estados Unidos com destino à costa da África"¹⁴.

Já estava John Smith Gillmer na Bahia quando de passagem pela Província de D. P. Kidder, em 1839¹⁵. E em 1853, hospedou em sua residência, então na Cidade Alta, o Príncipe Paulo Alexandre de Wuerttemberg, quando da sua rápida estada na Capital da Província, de 1º de abril a 2 de maio daquele ano¹⁶.

Participou da Diretoria da Associação Comercial da Bahia durante os anos de 1843 a 1846 e, posteriormente, de 1848 a 1857. E como vimos, foi, em 1843, um dos autores do "Parecer de uma Comissão de Negociantes sobre o meio de promover a agricultura na Bahia", redigido em conjunto com Antônio Francisco de Lacerda e André Comber. No ano seguinte, em 1844, se tornaria sócio da firma "Lacerda & Cia.", para a construção da fábrica "Todos os Santos".

De tal maneira se integrara na sociedade local, onde se tornara pessoa cercada de amigos influentes, que chegou a dar a um dos seus filhos aqui nascidos, o nome de João Maurício Wanderley Gillmer, em homenagem a João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, de quem era íntimo¹⁷.

Acompanhou, em 1857, o missionário protestante J. C. Fletcher em sua visita à fábrica "Todos os Santos", cumulando-o, então, de gentilezas e atenções. E em 1859 participou, na condição de decano do corpo consular na Bahia, do banquete oferecido ao Imperador D. Pedro II, de passagem pela Província, nos salões da Associação Comercial.

Teria sido ele, segundo nos informa J. C. Fletcher, o principal responsável pela construção, em Salvador, do único cemitério destinado a estrangeiros não católicos, depois denominado "Cemitério

dos Ingleses", ainda hoje existente na Ladeira da Barra, onde, aliás, foi enterrado, a 2 de dezembro de 1863¹⁸.

Conforme já informamos, quando da sua morte, por determinação da própria família, ficaram os seus bens sob a guarda e responsabilidade do seu amigo Amig o Francisco de Lacerda, na condição de inventariante do espólio¹⁹.

Esses os três primeiros proprietários da fábrica "Todos os Santos". Diretamente ligados aos mesmos estiveram, contudo, o engenheiro norte-americano João Monteiro Carson e Augusto Frederico de Lacerda, filho de Antônio Francisco de Lacerda.

No que se refere a João Monteiro Carson, desconhecemos a data da sua chegada à Bahia. Intrigamos o seu nome, no qual somente o último sobrenome o identifica como estrangeiro, bem como o seu domínio da língua portuguesa, evidenciado pela leitura dos seus manuscritos existentes no Arquivo do Estado da Bahia²⁰. Sua presença foi, sem dúvida, importante na vida da Província, marcando-a de modo firme e decisivo.

Foi ele o primeiro gerente da fábrica "Todos os Santos", havendo dirigido todos os trabalhos da sua edificação e da instalação das suas máquinas, importadas entre os anos de 1844 e 1847. Um ano após, em 1848, dirigia a construção do farol do Morro de São Paulo, ali localizado para facilitar o acesso das embarcações à embocadura do rio Una e, conseqüentemente, à cidade de Valença. E de tais propostas foi esta construção que se pode, razoavelmente, indagar acerca dos verdadeiros motivos que a determinaram, pondo em dúvida os referentes apenas

aos serviços a serem prestados à nova fábrica de tecidos. É que uma longa tradição de contrabando marítimo sempre caracterizou o lagamar protegido pela ponta denominada Morro de São Paulo e tal fato nos faz levantar a hipótese de haver sido aquele ponto o de destino de diamantes trazidos da área da Chapada Diamantina, em lombos de burros, através de caminhos percorrendo os vales do Paraguaçu e do Jequiçá. Principalmente quando constatamos a presença no espólio deixado por Antônio Francisco de Lacerda, quando da sua morte, em 1872, de 38 casas localizadas em Lençóis²¹, como ainda a presença naquela cidade, como comerciante ali estabelecido, em meados do Século passado, de um dos seus genros, o francês Edouard Callebaut²².

Nada de conclusivo poderemos, contudo, afirmar por enquanto. Cabendo-nos, somente, chamar a atenção para fatos que poderão vir a esclarecer, no futuro, um dos mais enigmáticos problemas da história econômica da Bahia - o contrabando em massa dos diamantes provindos da área da Chapada, em meados do Século XIX.

Em 1850 tentaria João Monteiro Carson organizar uma sociedade destinada à instalação, em Valença, de uma fábrica de papel, mediante a aquisição das máquinas de uma extinta fábrica similar, antes estabelecida no Cabrito, nas proximidades da Capital da Província. Comprometia-se ele, em proposta então apresentada, a removê-las para a Fazenda Candengo, de sua propriedade, às margens do rio Una, em Valença, a ceder terras suficientes não só para a construção da fábrica como para a edificação de "20 casas de morar de 30 palmos de frente e 80 de fundo com quintais correspondentes", a construir, às suas custas, "a levada para o suprimento d'água para as

rodas, com as competentes prezas, portas, sangradouros, etc, até o ponto de entregar a mesma ágoa na bica da Roda da sua Fábrica". Em troca, devendo receber a quantia de nove contos de réis e "depois de trabalhar a referida Fábrica, quando se realizar mais de 15% ao anno sobre o Capital de 60 contos que se empregue... metade dos lucros que exceder aos ditos 15%"²³.

Dois anos depois, chefiando a Comissão encarregada de examinar e dar parecer sobre novos métodos de fabricar o açúcar, Comissão esta nomeada pelo então Presidente da Província Francisco Gonçalves Martins, elaborou um longo e circunstanciado documento, sob o título "Parecer sobre o aparelho de fazer assucar que Thomaz Pedreira Geremoabo assentou no seo engenho denominado - Novo - situado na margem esquerda do rio Paraguassu", assinando-o ao lado de Miguel de Teive e Argollo, Luiz Francisco Gonçalves Junqueira e Alexandre Braulio de Magalhães²⁴.

Tal documento demonstra, de maneira evidente, seu conhecimento a respeito de máquinas industriais, pela riqueza dos seus detalhes técnicos. Nele, após uma sucinta exposição comparativa entre os métodos até então usados na Bahia para a fabricação do açúcar e os métodos com base na nova máquina, objeto especial do estudo realizado, esclarece que o novo aparelho "apresenta todas as sortes de economias, mão de obra, local, capital e hum meio de realizar immediatamente valores sem ser preciso esperar mezes inteiros, e de mais, huma produção de assucar de qualidade superior"²⁵. Informa, a seguir, que o referido aparelho vinha sendo introduzido no Brasil por Francisco Tillman, "a quem tem sido envi-

ado por seos amigos e sócios da Europa que são os proprietários e inventores d'elle", acrescentando que o mesmo "foi reconhecido tão perfeito que de todos os pontos da Europa onde se fabrica o assucar de beterraba as encomendas se succedem a ponto tal, que os constructores podem apenas satisfazer aos pedidos". E esclarece, finalmente, que "as Colonias Inglezas, Hollandezas e a Havana recebeu agora estes aparelhos, onde amigos do introductor tem ido armal-os à pedido dos Proprietarios d'aquelles lugares, e os Proprietarios desta Província, que o tem ido visitar, e observar, reconhecem sua grande utilidade"²⁶.

Concluindo o seu Parecer, traça um perfil da situação econômica em que se encontravam, na época, os proprietários de engenhos na Bahia, ao referirse às possibilidades da introdução do referido aparelho na Província. Diz, então, dirigindo-se ao Presidente da Província, Gonçalves Martins - "V. Ex. sabe que de 800 Engenhos (pouco mais ou menos) existentes na Provincia, os Proprietarios 9/10 carecem dos meios pecuniarios, ou de credito para tão avultada somma; dos mais de huns por sua idade ou por serem viuvos, ou em circunstancias iguaes, não se mettem em empresas com vizos de expeculação; outros desconfiando de tudo que não he a rotina de seos avós, alguns por falta de energia, ou de conhecimentos, ou por que não contem com o recurso da terra, ou prefirão esperar que apareça melhor aparelho, ou que se generalise o exemplo dos melhoramentos: o certo he que todos embora intimamente convencidos de ser defeituoso o methodo actual de fabricar o assucar, e que he susceptivel de melhorar-se, conservão se na apathia de maneira que pode afirmar-se que de

80 a 100 Proprietarios em circunstancias pecunia-
rias de entrarem em qualquer melhoramento deste ge-
nero, talvez não se encontrem mais do que hum deci-
mo dispostos a embarcar seos capitaes em emprezas
tendentes a melhoramentos, ainda que de reconhecida
necessidade, e com esperança de reembolso em 3 ou 4
safras". Sem deixar, contudo, de elogiar os esfor-
ços e a iniciativa de Thomaz Pedreira Geremoabo no
sentido de instalar o novo aparelho em seu Engenho
Novo, mesmo arriscando grandes capitais²⁷.

Pouco depois, em dezembro de 1852, encontra-
va-se João Monteiro Carson em Boston, donde escre-
veu para o então Presidente da Província João Maurí-
cio Wanderley. Fora para lá enviado pelo mesmo para
visitar as fábricas de açúcar localizadas na Loui-
siana e em Cuba, e dá contas, na sua carta, da sua mis-
são, descrevendo, com minúcias, as técnicas agríco-
las e industriais ali aplicadas, sugerindo medidas
no sentido de virem a ser as mesmas introduzidas na
Bahia. Diz, então, entre outras cousas, que "os ter-
renos de massapê e salões fortes tratados de arado
e outros instrumentos agrarios pelo systema da Loui-
siana deve produzir safras ilimitadamente sem deterio-
rar o producto normal delles"; e acrescenta que
"os pretos de enxada trabalhando neste systema e
tendo o melhor systema de fabricar o assucar pode
realizar aos seos Senhores Dez Caixas p/braço em sa-
fras regulares de assucar superior". E após novas
considerações, conclui por não ver "nada que pode
desanimar os nossos Senhores de Engenho se elles
applicarem-se de boa vontade aos novos systemas coad-
juvados pelo Governo", advertindo, contudo, quase
em tom de profecia, que a continuarem eles pratican-
do o antigo sistema, de baixa produção, "em poucos

annos este ramo de exportação será extinto em nos-
sa Província"²⁸.

Dois anos após, em abril de 1854, já de vol-
ta à Bahia, escreve, da Fábrica "Todos os Santos"
ao mesmo Presidente da Província, informando-o ha-
ver sido cientificado de que o "aparelho escopez pa-
ra fabricar assucar" encomendado pelo Governo Pro-
vincial, estava se embarcando, devendo o referido
embarque ter já se concluído desde o dia 18 de mar-
ço, e o aparelho despachado, imediatamente, para o
porto da Bahia²⁹. Nesse mesmo mês de abril, esclai-
rece, ainda à Presidência da Província, através de
nova carta, o que ocorrera com 7 lavradores dos Es-
tados Unidos por ele contratados naquele país e que
havia chegado à Bahia, a 19 de abril de 1853, pela
barca "Montpellier". Diz, então, terem sido os mes-
mos distribuídos, um para o Engenho Gorgaia, do Sr.
Manoel José de Almeida Couto, um para o Engenho São
Lourenço, do Exmo. Sr. Conselheiro Gonçalves Mar-
tins, um para o Engenho do Sr. Thomaz Pedreira Gere-
moabo, um para a Fábrica "Todos os Santos", outro
mais para o Engenho do Sr. Geremoabo, havendo um de-
les falecido, de febre amarela e, finalmente, o úl-
timo tendo ficado doente e criado vários proble-
mas³⁰.

É, sem qualquer dúvida, digno da maior aten-
ção o que nos revela tal documento, pelo registro
da vinda de lavradores norte-americanos para a Ba-
hia, em meados do Século passado, subvencionada pe-
lo Governo da Província, visando a difusão de novos
métodos de plantio com base no arado e, consequente-
mente, a modernização do sistema de cultivo da cana-
-de-açúcar na Bahia. Vinda esta incentivada por
João Monteiro Carson, com o apoio recebido tanto

por parte de Francisco Gonçalves Martins como de João Maurício Wanderley, enquanto governaram a Província.

João Monteiro Carson faleceu, em maio de 1858, já na condição de cidadão brasileiro naturalizado, na cidade de Liverpool, na Inglaterra³¹. Seus bens em Valença, por ausência de herdeiros, foram colocados em hasta pública, a 23 de novembro de 1860, quando foram arrematados pelo Comendador Antônio Pedroso de Albuquerque, neles incluída a Fazenda da Candengo, às margens do rio Una.

Há certamente, muito ainda a desvendar sobre esta figura impressionante da nossa história, este norte-americano que tanto contribuiu para o surto de industrialização ocorrido na Bahia em meados do Século passado. Temos, por enquanto, poucos documentos que ao mesmo se refiram, dificultando-nos reconstituir a sua trajetória, desde a sua saída dos Estados Unidos até a sua morte, na Inglaterra, com longa permanência na Bahia, o que nos impede de considerá-lo de maneira mais concreta e objetiva.

Quanto a Augusto Frederico de Lacerda, nascido na Bahia, a 14 de março de 1836, a quantidade de informações é bem maior. Foi ele, provavelmente, o primeiro engenheiro baiano, ainda que diplomado nos Estados Unidos, conforme já vimos. Deve-se a ele, contudo, ao lado de João Monteiro Carson, o papel de introdutor, em nosso meio, de uma tecnologia nova aplicada à indústria de tecidos e oriunda do estrangeiro. A ele ainda devem ser atribuídos os projetos de construção do Elevador hidráulico da Conceição, o atual Elevador Lacerda, construção levada a cabo pelo esforço e capacidade de decisão do seu irmão Antônio de Lacerda e pelo apoio financeiro do

seu pai Antônio Francisco de Lacerda³². Foi esta, sem qualquer dúvida, a mais arrojada obra de engenharia efetuada na Bahia, ou talvez no Brasil, no decorrer do Século passado, com justa razão batizado, posteriormente, com o nome de família dos seus construtores.

Regressando à Bahia em 1858, deverá ter Augusto Frederico de Lacerda substituído João Monteiro Carson na gerência da fábrica "Todos os Santos". Ali contou com a colaboração de outro norte-americano, R. A. Randall, tido como o construtor da primeira roda d'água da referida fábrica. J. C. Fletcher nos informa que era o mesmo natural de Scituate, em Rhode Island, no seu livro de viagem, na parte referente à visita à fábrica "Todos os Santos"³³. E a sua presença mais uma vez demonstra, de modo insofismável, a participação da tecnologia norte-americana no surto de industrialização que estamos estudando.

Augusto Frederico de Lacerda chegara dos Estados Unidos casado com a norte-americana Helen Agnes Kendrick, de religião protestante, tendo com ela dois filhos. Sua educação naquele país e o seu casamento devem ter concorrido para que se aproximasse, de modo muito íntimo, dos norte-americanos aqui estabelecidos. Ao ponto de haver sido considerado por Richard Holden, ministro protestante na Bahia, ao tempo da sua chegada, como alguém muito propenso a converter-se ao protestantismo, só não tendo ocorrido a sua conversão pela extrema consideração que tinha Augusto Frederico de Lacerda pela sua família, tradicionalmente católica. A tal assunto se refere Richard Holden, dizendo ser Augusto Frederico de Lacerda, sem sombra de dúvida, "crente, mas como ele mesmo confessou, como José de Arimateia,

secretamente, ainda que, não tão secretamente ao ponto de fazer esforço para ocultar suas convicções, das quais não faz segredos, e defende a verdade em qualquer ocasião que o exija". Mas esclarece, a seguir, não achar ele ser "de bom alvitre renunciar agora, publicamente, ao papismo, o que diz espera um dia, fazer deliberadamente, por meio de uma de claração pública no meio da Igreja"³⁴.

Deve ter sido Augusto Frederico de Lacerda um homem inquieto, com idéias conflitantes com as do meio onde passara a viver depois de longos anos nos Estados Unidos, onde permanecera dos 16 aos 21 de idade. Tanto que, contrariando todos os padrões de comportamento da sociedade a qual pertencia, não hesitou em passar a viver, em Valença, com Dona Eu flosina Maria do Desterro, instalando-a em casa con digna e confortável, e havendo batizado todos os seus filhos frutos dessa união. Tudo isso ocorrendo ainda na vigência do seu segundo casamento com Dona Ubaldina Pedroso do Amaral, sobrinha do Comendador Antônio Pedroso de Albuquerque, realizado em 1863, logo após o falecimento da sua primeira esposa, Helen Agnes Kendrick, falecida naquele mesmo ano. Tendo sustentado, por longo tempo, a situação de chefe de duas famílias simultâneas, sem rejeitar qualquer dos seus descendentes, legítimos ou ilegítimos³⁵.

Em 1860, como já dissemos, o Imperador D. Pedro II o encontrou na gerência da fábrica "Todos os Santos", em Valença. E logo após, provavelmente em consequência da visita do Imperador àquele estabelecimento, receberia ele o título de Oficial da Imperial Ordem da Rosa, a ele concedido pelo Governo do Império. Em Valença deve ter permanecido mesmo após a dissolução da firma "Lacerda & Cia", em 1860, quan

do passou a "Todos os Santos" a ser propriedade exclusiva de Antônio Pedroso de Albuquerque. Todavia, em 1869, quando da compra pelo seu pai, Antônio Francisco de Lacerda, da fábrica "Nossa Senhora do Amparo", passaria a ser, ao menos nominalmente, um dos seus proprietários, integrando a firma "Lacerda & Irmãos", até 1º de março de 1876, quando com o encerramento do inventário de Antônio Francisco de Lacerda, se tornaria o único proprietário da mesma³⁶.

Logo depois, contudo, de haver a "Todos os Santos" encerrado, em 1876, as suas atividades, decidiu Augusto Frederico de Lacerda negociar a fábrica "Nossa Senhora do Amparo", vendendo-a, então, à firma "Moreira, Irmão & Cia". Continuaria, contudo, em Valença, pelo menos até 1884, quando após o nascimento da sua filha Maria Cândida, nascida a 1º de março de 1883, passou a residir, definitivamente, em Salvador, de novo em companhia da sua esposa legítima, Dona Ubaldina Pedroso do Amaral, falecida a 8 de Janeiro de 1910.

Envolveu-se, após o seu regresso a Salvador, em pesquisas mineralógicas no sertão da Bahia, chegando também a prestar serviços técnicos a fábricas de tecidos aqui estabelecidas, entre elas a "Empório Industrial do Norte". Longe da prosperidade de outros tempos, viveu seus últimos dias em estado de pobreza, às custas das filhas solteiras do casal legítimo, que o ampararam até o ano de 1931, quando veio a falecer, com a avançada idade de 95 anos.

Personagem marcante na história baiana, seu nome, contudo, é frequentemente olvidado pelos nossos historiadores, talvez pelo fato de não haver possuído fortuna equivalente a do seu pai ou o

prestígio social do seu irmão Antônio de Lacerda, Ou, ainda, pela sua vida irregular, no seio de uma sociedade conservadora e tradicionalista, aos olhos da qual provavelmente surgiria como uma espécie de ovelha tresmalhada. E finalmente, é provável que a sua formação profissional de engenheiro, na época em que viveu, não houvesse sido bastante para valorizá-lo perante os olhos dos seus contemporâneos, ofuscados pela sedução que sobre eles exerciam as profissões liberais ligadas à Medicina e ao Direito, destinadas, quase de modo obrigatório, aos filhos dos homens ricos da terra, integrados ao comércio e à agricultura.

Ligado, de modo direto, ao surto de industrialização ocorrido em Valença, nos meados do Século XIX, há ainda a destacar a figura de Bernardino de Sena Madureira. Foi ele o fundador da fábrica "Nossa Senhora do Amparo", que começou a funcionar em 1860. Possuira, antes, ainda em Valença, a serraria a vapor mencionada pelo Imperador D. Pedro II quando da sua visita àquela cidade. E é o próprio Imperador quem nos informa, já se achar concluído àquele tempo, o edifício que iria abrigar as máquinas encomendadas no estrangeiro para a nova fábrica de tecidos³⁷. A Bernardino de Sena Madureira, também se referiu, em 1857, J.C. Fletcher, atribuindo-lhe a propriedade de uma fábrica de vidros, onde trabalhava um norte-americano, de sobrenome Forster, natural de Worcester, Massachussets. Estaria ela localizada à altura da primeira cachoeira do rio Una, nas imediações, portanto, do local onde seria instalada a fábrica "Nossa Senhora do Amparo". Dizendo ainda esse viajante que Bernardino de Sena Madureira, mencionado por ele como Doutor em Leis, "deixara o lu

gar de juiz pela profissão mais lucrativa de industrial"³⁸.

Bernardino de Sena Madureira, ao contrário dos demais industriais de Valença, era filho de Valença. Nasceu, a 9 de novembro de 1809, na freguesia de Santo Antônio de Jequiriçá, hoje extinta, não devendo a mesma ser confundida com a atual cidade de Jequiriçá, a meio caminho entre Valença e as encostas da Chapada. Pertencia a uma família importante na região. Era filho do Capitão-Mor, seu homônimo, Bernardino de Sena Madureira e de Dona Quitéria Ritta do Espírito Santo, tendo por irmãos Casemiro de Sena Madureira, pessoa de grande prestígio político, que exercera o cargo de Diretor Geral dos Estudos na Província, em dois períodos, de outubro de 1848 a maio de 1852, e de setembro de 1852 a maio de 1855, e fora eleito Deputado Geral pela Bahian nas legislaturas 1857-1860, 1861-1863 e 1864-1866. Havendo, ainda, participado da lista sêxtupla para o Senado, apresentada ao Imperador D. Pedro II, em 1856, sem que fosse, no entanto, o escolhido. Foi, ainda, Desembargador no Tribunal da Bahia e, na sua casa, em Valença, hospedou o Imperador, em 1860.

Um outro irmão de Bernardino de Sena Madureira, Isidro de Sena Madureira, citado por Laurêncio Lago³⁹, como "um dos maiores filantropos da sua época", pelo fato de haver dispendido em obras pias e na construção de um hospital em Valença, quantia superior a cem contos de réis, foi o fundador, daquela cidade, da Santa Casa de Misericórdia, inaugurada a 30 de setembro de 1860. Dos três irmãos foi o único a ser agraciado com um título de nobreza pelo Governo do Império, que o tornou Barão de Je

quiriçá, por decreto de 14 de março de 1860.

Não sabemos o que teria levado Bernardino de Sena Madureira à decisão de construir, em Valença, uma nova fábrica de tecidos, quando ali já funcionava a "Todos os Santos". O fato concreto é que não foi feliz no seu empreendimento. Logo após a sua inauguração viu-se forçado a associar-se, em busca de capital, a Luiz Rodrigues Dultra Rocha Filho, com quem formou a firma "Madureira & Dultra", firma essa que em setembro de 1869 venderia a fábrica "Nossa Senhora do Amparo" a Antônio Francisco de Lacerda, um dos fundadores da "Todos os Santos".

Quando do seu falecimento, ocorrido em Valença, a 15 de março de 1887, deixou como bens a serem partilhados pelos seus herdeiros, a serraria a vapor já referida, numerosos cortes de madeira, parte mais importante da herança, e um certo número de embarcações, classificadas, então, como canoas e saiveiros⁴⁰.

Quanto a Luiz Rodrigues Dultra Rocha Filho foi um dos fundadores do Banco da Bahia e foi citado por F.M. de Góes Calmon, entre "os elementos de maior conceito e responsabilidade financeira na praça"⁴¹. Seu filho, com o qual por vezes se confunde na literatura histórica da Bahia, Luiz Rodrigues Dultra, esteve igualmente envolvido na indústria de tecidos, havendo, em sociedade com Francisco Xavier Catilina, fundado a firma "Catilina & Dultra", que se tornaria, posteriormente, proprietária da fábrica de tecidos "N.S. do Pilar do Bonfim" em Salvador.

Analisando-se, em conjunto, os industriais de Valença, podemos, finalmente, notar que apenas

um deles, Bernardino de Sena Madureira, era nascido naquela região. Quanto aos demais, eram comerciantes estabelecidos em Salvador e foram atraídos para Valença, provavelmente, pela idéia de um enriquecimento rápido, em função das atividades industriais, especialmente pela facilidade que ali existia para o aproveitamento da força hidráulica oriunda das cachoeiras existentes no curso do rio Una, à curta distância da sua foz. E deverão ter sido convencidos da viabilidade dos empreendimentos que realizaram pela confiança que então inspirava a tecnologia norte-americana, aqui representada pelo entusiasmo e desempenho de João Monteiro Carson, e posteriormente, de Augusto Frederico Lacerda.

Vemos, ainda, que o capital empregado em tais empreendimentos fôra gerado por atividades comerciais, em parte oriundo de operações ligadas ao tráfico negreiro e, por outro lado, de negócios de agiotagem envolvendo tais comerciantes e os decadentes senhores de engenhos do Recôncavo. E mais, que a tecnologia empregada foi totalmente importada, da Inglaterra e, particularmente, dos Estados Unidos, donde haviam chegado máquinas e operários especializados na construção de rodas d'água. Finalmente, constatamos que a mão-de-obra utilizada fugia aos padrões da sociedade da época, baseada na exploração do trabalho escravo. E que nas indústrias de Valença, a mão-de-obra empregada foi a do trabalhador livre, especialmente a de menores e mulheres, remunerada mais em função de obras de assistência que por salários reais, num esquema de organização muito próximo ao que até então funcionara no nordeste dos Estados Unidos, especialmente em Lowell, cidade de constantemente citada, àquela época, como exem

plo a ser seguido, pelos industriais reformadores dos meados do Século passado⁴².

Eram todos eles, talvez com a única exceção de Antônio Pedroso de Albuquerque, pessoas instruídas, dois deles, ao menos, dentre os nacionais, diplomados, Augusto Frederico de Lacerda, em Engenharia, e Bernardino de Sena Madureira, em Direito.

Constatamos, contudo, que todo este grande esforço no sentido de instalar em Valença, um centro industrial de importância, acabou de modo inglório, com falências e fechamento das fábricas ali criadas. Somente a serraria a vapor de Bernardino de Sena Madureira continuou a existir, mesmo após a morte do seu fundador. Os motivos que levaram ao fracasso tão grande iniciativa merecem ser melhor estudados. Para isso teremos que analisar, cuidadosamente, o quadro econômico do Brasil Império, nele incluindo as características gerais de economia da Província da Bahia, na segunda metade do Século passado. É o que faremos a seguir.

NOTAS

1. GÓES CALMON, Francisco Marques de. *Ensaio de retrospecto sobre o comércio e a vida econômica e comercial da Bahia, de 1823 a 1900*, in "Diário Oficial do Estado da Bahia", edição especial do Centenário, Bahia, 1923, pp. 384 e 386.
2. GÓES CALMON, Francisco Marques de. *Opus cit.*, p. 379.
3. VERGER, Pierre. *Flux et reflux de la traite de nègres entre le Golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos du XVII au XIX*, Mouton, Paris, 1968, p. 451.
4. TESTAMENTO de Antônio Pedroso de Albuquerque. Arquivo do Estado da Bahia.
5. PETIÇÃO de Título de Nobreza de Antônio Pedroso de Albuquerque. Secção Manuscritos, Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.
6. "Weiss to the Earl of Aberdeen, 17th May, 1830", Vol. 18, 564. BFSP. 1830-1831.
7. VALVERDE, M.S.L. *Subsídios para a História da Associação Comercial da Bahia*. Oficinas das "Duas Américas", Bahia, 1917, p. 27.
8. AZEVEDO, Thales de & LINS, E.Q. Vieira. *História do Banco da Bahia (1858-1958)*. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1969, p. 84.
9. OLIVEIRA, W.F. *Antônio de Lacerda*. Prefeitura Municipal da Cidade do Salvador, Bahia, 1974.

10. REGISTRO das Companhias e Sociedades Comerciais da Secretaria do Tribunal de Comercio da Provincia da Bahia. Livro nº (ilegível), tomo 5º, p. 160v. REGISTRO das Companhias e Sociedades Comerciais da Secretaria do Tribunal de Comercio da Provincia da Bahia. Livro nº5, tomo 8º pp. 11 e 11v. Arquivo do Estado da Bahia.
11. REGISTRO das Companhias e Sociedades Comerciais da Secretaria do Tribunal de Comércio da Província da Bahia. Livro nº 5, tomo 8º, pp. 107v a 113. Arquivo Público do Estado da Bahia.
12. KIDDER, D.P. e FLETCHER, J.C. *O Brasil e os brasileiros*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1941, 2º volume, p. 209.
13. WRIGTH, Antônia Fernanda Pacca de Almeida. *De safo americano à preponderância britânica no Brasil - 1808-1850*. Cia. Editora Nacional/MEC, 1978, p. 246.
14. RIDINGS, E.W. *The Bahian Commercial Association - 1840 - 1889. A Pressure Group in an underdeveloped area*. Univ. of Florida, 1970, pp. 285/6.
15. KIDDER, D.P. *Sketches of Residence and Travels in Brasil, embracing Historical and Geographical Notices of the Empire and Its Several Provinces*. Sorrin & Ball, Philadelphia, 1845, Vol. II, pp. 66/67.
16. WUERTEMBERG, Paulo Alexandre de. *Viagem do Príncipe Paulo Alexandre de Wuerttemberg à América do Sul*, in "Revista do Instituto His

tórico e Geográfico Brasileiro", nº CLXXI, Rio de Janeiro, 1936.

17. PINHO, Wanderley. *Cotegipe e seu tempo*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1937, p. 553.
18. KIDDER, D.P. e FLETCHER, J.C. *Opus cit.*, Vol. II, pp. 210/1; *Register of Burials - British Cemetery - Bahia*, p. 6, nº 127.
19. "Thomas F. Wilson to Seward, 2nd, Jan., 1864". NAWDC - "Despatches from the United States Consuls in Bahia - 1850-1906".
20. Existe no Arquivo do Estado da Bahia uma pequena coleção de cartas assinadas por João Monteiro Carson, ao lado de notas do seu próprio punho, sen destinação específica. A reunião de tais documentos em uma edição crítica seria de grande utilidade para os pesquisadores da História da Bahia.
21. INVENTÁRIO de Antônio Francisco de Lacerda. Maço 278, doc. nº 1. Arquivo Público do Estado da Bahia.
22. PEREIRA, Gonçalo de Athayde. *Memória histórica e descritiva do Município de Lençóis*. Bahia, 1910, p. 83.
23. DOCUMENTO manuscrito de João Monteiro Carson, sem título. Maço 4.602 - Presidência da Província - Série Agricultura - Fábricas 1813-1889. Arquivo do Estado da Bahia.
24. CARSON, João Monteiro *et allia*. *Parecer sobre o aparelho de fazer assucar que Thomaz Pedreira Geremoabo assentou no seo engenho denominada do Novo na margem esquerda do rio Paraguassu*.

Tipografia da Viúva Bizerra, Bahia, 1852.

25. CARSON, J.M. *et allia*. *Opus cit.*, p. 6.
26. CARSON, J.M. *et allia*. *Opus cit.*, p. 6.
27. CARSON, J.M. *et allia*. *Opus cit.*, p. 11
28. CARTA de João Monteiro Carson ao Presidente da Província João Maurício Wanderley, em 25 de dezembro de 1852. Maço 4.602 - Série Agricultura - Fábricas - 1813-1889. Arquivo do Estado da Bahia.
29. CARTA de João Monteiro Carson ao Presidente da Província João Maurício Wanderley, em 13 de abril de 1854. Maço 4.602 - Série Agricultura - Fábricas - 1813-1889. Arquivo do Estado da Bahia.
30. CARTA de João Monteiro Carson ao Presidente da Província João Maurício Wanderley, em 29 de abril de 1854. Maço 4.602 - Série Agricultura - Fábricas - 1813-1889. Arquivo do Estado da Bahia.
31. CARTA de Francisco Ignacio de Carvalho Moreira a Francisco Xavier Paes Barreto, Londres, 20 de maio de 1859. Secção Legação Imperial na Gran-Bretanha. Arquivo do Estado da Bahia. CARTA do Consulado Geral do Brasil, em Liverpool, ao Presidente da Província da Bahia. Francisco Xavier Paes Barreto, 8 de junho de 1859. Arquivo do Estado da Bahia.
32. OLIVEIRA, W.F. *Opus cit.*
33. KIDDER, D.P. e FLETCHER, J. C. *Opus cit.*, p. 229.

34. VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Editora Universidade de Brasília, 1980, pp.193/5.
35. Do casamento de Augusto Frederico de Lacerda com a norte-americana Helen Agnes Kendrick resultaram dois filhos - Antônio e Angélica, esta vindo a casar-se com o negociante A.Kleinschmidt. Do seu segundo casamento, com Ubaldina Pedroso do Amaral, resultaram os seguintes filhos- Ubaldina Helena, nascida a 13.1.1865, Maria Emília, nascida a 28.3.1866 e falecida, prematuramente, a 4.4.1866, Helena Ignês, nascida em 1867 e falecida a 8.09.1941, casada com Robert Marshall, Augusto Frederico, nascido a 14.4.1869 e falecido a 25.8.1903, Maria Emília, nascida a 25.9.1870 e falecida no ano de 1959, Beatriz, nascida a 2.2.1872, falecida a 21.9.1950, e casada com Cândido Francisco Goulart, Alice, nascida a 8.1.1875, falecida a 22.3.1957 e casada com Luiz Alberto Zuany, e Emília, nascida a 31.5.1876, falecida a 22.3.1957, casada com Martiniano de Mello e Silva. Da sua união com Dona Euflozina Maria do Desterro, em Valença, nasceram os seguintes filhos - Alfredo Frederico, nascido, provavelmente, em 1870, Augusto Frederico, nascido a 21.08.1871, Artur Frederico, Carlos, nascido a 21.11.1877 e casado com Laura Bahiense de Lacerda, Luiz Antônio, que veio a casar-se com Maria da Glória Sampaio, filha do grande historiador e geógrafo baiano Theodoro Sampaio, Euflozina, que se casou com Adolfo Figueredo, Leonor, que se casou com Antonio Justiniano dos Santos, Estela,

igualmente casada com Antônio Justiniano dos Santos, após a sua viuvez, Amália, nascida a 25.3.1880 que se casou com Luiz Matos, Filomena, que se casou com Petronilho Silva, e Maria Cândida, nascida a 11.3.1883 e que se casou com João Alves Brandão, a única das filhas de Augusto Frederico Lacerda ainda viva quando da redação deste trabalho. Pesquisas genealógicas mais acuradas completarão, oportunamente, o quadro da descendência de Augusto Frederico de Lacerda.

36. INVENTÁRIO de Antônio Francisco de Lacerda. Maço 278, doc. nº 1. Arquivo Público do Estado da Bahia.
37. PEDRO II, Dom. *Diário da viagem ao norte do Brasil*. Universidade Federal da Bahia, 1959, pp. 191.
38. KIDDER, D. P. e FLETCHER, J.C. *Opus cit.*, p. 228.
39. LAGO, Laurêncio. *in* "Anuário do Museu Imperial", Vol. XV.
40. INVENTÁRIO de Bernardino de Sena Madureira. Maço 2884, doc. 16. Arquivo Público do Estado da Bahia.
41. GÔES CALMON, F.M. *Opus cit.* pp. 384 e 388.
42. STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da Indústria Textil no Brasil - 1850-1950*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1979, p. 69.



Impreso en
Gráfica Linerolanda
Sotavento - Bariloche



1985 ANO
NACIONAL
DA CULTURA

APOIO CULTURAL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
GOVERNO JOÃO DURVAL CARNEIRO